

Fevereiro

[13] Curso de Especialização "Tratamento e Escolarização de Crianças com Distúrbios Globais do Desenvolvimento"
Local: Instituto de Psicologia da USP - Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida. Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 399 - trav. 4 - bloco 17 (em frente à ECA). Tel.: (11) 3091-4386/ 30914918 c/ Bia Albano. E-mail: lugvida@edu.usp.br e site: www.usp.br/ip/lvida

Março

[01] Cursos de Especialização da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP e o CEPISIC.
Especialidades: Neuropsicologia - 1, Psicologia Hospitalar, Distúrbios Alimentares e Obesidade. Seleção, análise curricular e entrevista dirigida: dias 17 ou 20/02/06. Inscrição para seleção: até 16 de fevereiro - R\$ 70,00. Local: Divisão De Psicologia Do ICHC-FMUSP na av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 155 PAMB - 4º andar - bl. 03, Cerqueira César.

[01] Curso de Aprimoramento em Terapia Cognitivo-comportamental em Saúde Mental. Local: Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas FMUSP - Ambulatório de Ansiedade.
Informações: (11) 3069-6988. E-mail: amban@amban.org.br e site: www.amban.org.br

[06 de março a 10 de novembro]

Curso "Especialização em Saúde Mental no Hospital Geral" - Hospital São Paulo/ UNIFESP. Local: Depto. de Psiquiatria. Rua Botucatu, 740 - 3º andar - São Paulo/ SP. Inscrições: de 6 a 10 de fevereiro. Informações: (11) 5084-7000 / 5579-2828. e no site: www.unifesp.br/dpsiq/sapis

[07] Aprimoramento em Psicologia Instituição de Saúde Mental da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Local: CAISM - Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo/ SP.

[08] Cursos de Extensão Universitária - "Contribuições da psicanálise para o entendimento da relação entre o professor e o aluno: a indisciplina, o fracasso escolar e a inclusão" (1 módulo). Local: Instituto de Psicologia da USP - Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida - av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 399 - trav. 4 - bloco 17 (em frente à ECA). Informações: (11) 3091-4386/ 3091-4918 c/ Bia Albano, e-mail: lugvida@edu.usp.br e site: www.usp.br/ip/lvida

Maio

[18 e 19] Conferência Terapia Cognitiva com Casais e Família - com Frank Dattilo. Local: EPM - Escola Paulista de Medicina - São Paulo/ SP, rua Botucatu, 862. Informações: (11) 4166-5660 e pelo site: www.itc.web.com

[18 a 22] 16º Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo. Organizado pela International Association of Group Psychotherapy e pela Federação Brasileira de Psicodrama. Parceria: Abrap. No encontro, estarão representadas as diversas abordagens psicoterápicas que trabalham com grupos, para as mais variadas aplicações. Local: São Paulo. Informações: www.iagpcongress.org

INFORME PUBLICITÁRIO

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Curso de Especialização em Terapia Familiar
Coordenação Maria Rita Dangelo Seixas
Duração 3 anos **Horário** 12:00 às 18:00h, 3ª feiras
Início do curso 07.03.2006
Inscrições e informações www.unifesp.br - PROEX
Tel: (11) 50850247 - 50850248

Pós-Graduação e Aprimoramento em Psico-Oncologia do Hospital do Câncer

Cursos - 2006

Público Alvo:
Psicólogos, Psiquiatras, Enfermeiros e Profissionais da Saúde

Coordenação:
Dra. Célia Lídia da Costa
Psic. Elizabeth Nunes de Barros - CRP 10090-3
Dra. Maria Teresa C. Lourenço

Local:
Auditório Sen. José Ermírio de Moraes
Rua Tamandaré, 764
Liberdade - São Paulo - SP

Aprimoramento
Carga Horária
117 horas (Teórica)
Terças-feiras - das 18:00 às 21:00 horas

Informações e Inscrições:
De 24/10 à 27/01/06
Centro de Estudos do Hospital do Câncer
Tel./Fax: (11) 2189-5078 - 2189-5098
e-mail: centrodeestudos@hcancer.org.br
site: hcancer.org.br

Pós-Graduação
Carga Horária
117 horas (Teórica)
800 horas (Prática)

HOSPITAL DO CANCER
pós-graduação

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 146 • janeiro | março 2006

"O que foi feito para excluir não pode incluir"

Campanha de Direitos Humanos do Sistema Conselhos discute o encarceramento



02 Editorial

Formação

A ABEP pretende ampliar os Núcleos Regionais, discutir as diretrizes curriculares e promover a atenção ao SUS

Ciência e Profissão

Compromisso com a dignidade humana e ênfase na interdisciplinaridade são fundamentais para a Psicologia do Trabalho

05 Conversando com o Psicólogo

O conselho atua em frentes que ampliam a inserção do psicólogo nas decisões de interesse dos trabalhadores e da população

Questões Éticas

O papel de perito judiciário e assistente técnico ainda gera muitos questionamentos que se traduzem em queixas à Comissão de Ética

09 Políticas Públicas

Poder público carece de políticas de Estado

Orientação

O que a legislação profissional do CFP tem a dizer sobre a avaliação psicológica

12 Seção Aberta

Violência e práticas de encarceramento serão debatidas em campanha dos direitos humanos

Interior

Projetos sobre o ECA levam informação e compreensão do estatuto a estudantes de escolas públicas e universidades

16 Opinião

Professor Aziz Ab'Saber fala de política ambiental e dos recursos hídricos do país

Um Mundo Melhor é Possível

Centros de Atendimento Psicossocial para crianças e adolescentes trazem uma alternativa de tratamento e inclusão social

19 Nuestra América Latina

Congresso na Argentina discute a formação crítica na saúde mental e sua relação com os direitos individuais

Livros

Ética e Saúde, obra de Paulo Antonio de Carvalho Fontes, é analisada pela psicóloga Myriam Augusto da Silva Vilarinho

21 Estante

23 Mural

Agenda

Expediente



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lúcia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompilio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivari

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres
Membros | Adriana Eiko Matsumoto, José Roberto Heloani, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 4152 8494
Jornalista Responsável H Carrijo (MTB 17296)

Colaboração Liésio Pereira e Alexandre Almeida

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto e Cláudia Gil

Fotos Opinião Luís H R Carrijo

Impressão Supergráfica

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“A resistência à questão de reforma no sistema de privação de liberdade é maior que a do sistema psiquiátrico. A sociedade está tão revoltada com a violência que admite certas práticas. Mas a campanha de Direitos Humanos é absolutamente necessária”

Esther Arantes

“Quem vem da iniciativa privada para gerenciar os serviços públicos, muitos em cargos de confiança, olham, às vezes, com a lógica empresarial para os projetos como se nada tivesse acontecido antes e para os funcionários como se fossem um bando de incompetentes”

Ianni Regia Scarcelli

“As crianças morrem pela mesma lógica capitalista que os loucos morrem torturados no manicômio: aqueles que não produzem, não consomem e não se adaptam passivamente têm que ser excluídos”

Gregorio Kazi

“Os Conselhos de Psicologia, particularmente o de São Paulo, têm marcado sua participação pela seriedade com que exercem a responsabilidade de ajudar, nos espaços de controle social, a construir políticas públicas comprometidas com a transformação da sociedade brasileira”

Lumêna Almeida Castro Furtado



Humanos Direitos

Aqui estamos, no início do sexto ano do século XXI. Fomos longe, às vezes nem parecia. Havia até os que duvidavam de que a Humanidade atravessasse a fronteira do ano 2000. Sabemos que essa possibilidade nunca existiu. Há tantas formas de contar o tempo... Os séculos também são invenção humana e com certeza não há nenhum marco temporal para o fim dos tempos. Nossas questões são outras, bem outras. Se não há por que falar em fim dos tempos, nem por isso deixamos de pensar, a cada novo ano, sobre o que fizemos e sobre o que devemos fazer. Exatamente, porque a vida continua.

Este jornal nos fala de muitas vidas, humanas, nem sempre tidas como tal. Neste início de 2006, temos que estar ainda em muitas frentes de luta em defesa da vida, do direito à vida, dos direitos dos homens à vida plena, dos Direitos Humanos. A próxima campanha nacional de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia terá como tema a questão do encarceramento: "O que foi feito para excluir não serve para incluir". A campanha propõe o debate sobre as diferentes formas de encarceramento de que a sociedade se vale para resolver diversos problemas.

Em última instância, leva-nos a falar de vidas apartadas, de direitos sonegados, de humanos considerados menos humanos, principalmente pela forma como são tratados quando encarcerados. São inúmeras situações de desrespeito aos Direitos Humanos mais básicos nesse contexto; são inúmeras as situações de humanidades vilipendiadas. Não se trata, evidentemente, do fim dos tempos. Mas, pode ser o fim de valores fundamentais, ainda caros e necessários a estes nossos tempos. Por isso, é importante debater que sociedade é essa que vê nessas situações a solução para seus problemas e se é essa a sociedade que queremos.

A questão dos Direitos Humanos atravessa fronteiras. Que pena, mas que bom. Pena que ainda em tantos outros lugares os valores de preservação da vida humana plena ainda tenham que ser defendidos. Que bom que há, para além do nosso horizonte, companheiros de luta. Foi o que encontramos ao participar do Congresso sobre Saúde Mental e Direitos Humanos em Buenos Aires, parceiros importantes para a Psicologia que se coloca em defesa da vida, da diversidade da vida humana.

Essas são questões gerais que atravessam nosso cotidiano. Em nossa atuação na gestão do CRP-06, além de debater com a categoria e parceiros diversos temas ligados à defesa dos Direitos Humanos, procu-



GILBERTO TOMÉ

ramos ocupar diferentes espaços nos quais a Psicologia pode se fazer presente, desde já, levando sua contribuição para o reconhecimento de necessidades e a formulação de ações que atendam essas necessidades. Temos representações em inúmeros órgãos de controle social e o balanço que apresentamos neste número do jornal convida os psicólogos a estarem conosco, debatendo e avaliando as possibilidades de intervenção que temos, como categoria, nesse campo social. Também aqui, de outra forma, falamos de direitos, os direitos sociais que devem ser atendidos com políticas adequadas, cuja formulação deve contar com a Psicologia. Por isso, trazemos também um debate sobre características das políticas públicas, sua relação com o Estado e com os governos. A defesa da vida também se faz nesse cotidiano.

A defesa da vida deve estar, na verdade, em todo o nosso cotidiano. Continuam, aqui, as reflexões sobre vários aspectos de nossa prática profissional. Atento a ela em todas as suas dimensões, técnica, ética, política, estamos cuidando da nossa profissão, estamos cuidando do nosso lugar social, estamos cuidando do nosso tempo.

Neste primeiro jornal de 2006, trazemos, novamente, um convite aos psicólogos. Estejam conosco neste Novo Ano, debatendo as questões da Psicologia na nossa sociedade. Estejam conosco defendendo os direitos fundamentais do homem. Estejam conosco defendendo a vida plena para todos. Estejam conosco acreditando na infinitude, dos tempos e da vida.

Dessa forma, Feliz 2006!

ABEP: organizar coletivos, formar psicólogos para o povo brasileiro

A entidade pretende ampliar os Núcleos Regionais, acompanhar a implementação das diretrizes curriculares e promover a atenção ao SUS na formação dos psicólogos



O V Encontro Nacional da ABEP, realizado em São Paulo, em setembro do ano passado, marcou o início de uma nova etapa da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. Ao mesmo tempo em que debateu temáticas, que representam novos caminhos para o ensino superior, como a Reforma Universitária, o evento foi ocasião para renovar a diretoria da entidade. Os dirigentes foram eleitos com a tarefa de não só dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pela gestão anterior, mas também com a de organizar núcleos regionais, interferir na implementação das reformas curriculares e realizar debates nacionais sobre políticas públicas de saúde e psicologia. Pretende-se catalisar todos os setores comprometidos com a formação dos psicólogos na busca de soluções para o estabelecimento de um adequado nível de qualidade na formação de psicólogos. "É um processo de transformação que exige um esforço coletivo", resume Marcos Ferreira, presidente da ABEP.

"Cuidar da formação do psicólogo implica em organizar os coletivos que congreguem estudantes, professores, psicólogos, entidades e cursos", disse. "A proposta é garantir a voz a todos os atores que participam dos debates e decisões relacionados à formação", explicou Marcos Ferreira.

A psicóloga Julieta Quayle, secretária da associação, destacou que a nova diretoria pretende disseminar a idéia da "ABEP no país inteiro". Uma das maneiras é ampliar a criação de núcleos regionais, como os que já existem em Santa Catarina, Minas Gerais, Tocantins, Pernambuco e São Paulo, esse último formado no V Encontro Nacional da ABEP. A nova diretoria espera criar 13 novos núcleos até setembro de 2006. Segundo Julieta, isso permitirá maior articulação entre todas as regiões do país e a direção nacional. "Esperamos que os núcleos atuem em campo para identificar as necessidades, as dúvidas e as questões que estão eclodindo. Monitorar quais as inquietações e propostas do professor e dos estudantes. Assim, será possível analisar quais que merecem ser trabalhadas efetivamente a fim de promover o crescimento da idéia da formação", disse.

Há, ainda, a proposta de buscar meios de interagir de forma orgânica com os coordenadores e colegiados dos cursos e estudantes de Psicologia para esclarecê-los e deixá-los informados sobre a implemen-

tação das reformas curriculares, que deverão ser implementadas ainda este ano. "Com o prazo vencendo, há insegurança entre todos os envolvidos, porque ainda não se fez uma interpretação direta, fácil, clara das diretrizes. Queremos estabelecer um espaço coletivo de troca de informações com aqueles que contribuíram na elaboração das diretrizes e encontrar as respostas para a sua aplicação", espera Marcos Ferreira.

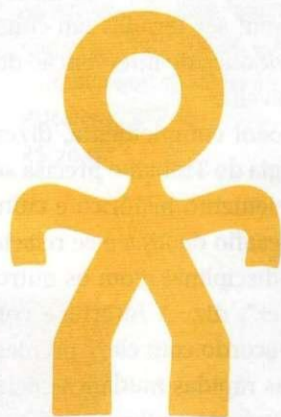
Julieta Quayle disse que a atuação da Psicologia está diretamente ligada à idéia da formação crítica dos profissionais, assunto debatido no V Encontro Nacional da ABEP. Segundo ela, "é importante formar um psicólogo preocupado com a ética, inclusive no que diz respeito às questões de discriminação de gênero e de raça."

Na análise de Marcos Ferreira, é preciso que o futuro psicólogo tenha clara a idéia de que a ferramenta de trabalho mais importante é a crítica ao conhecimento produzido na área da Psicologia e às práticas mais tradicionais. "De tal forma que, com o exercício dessa crítica, a gente consiga produzir uma Psicologia efetivamente adequada ao povo brasileiro", complementou.

Psicologia e saúde pública - Julieta adiantou que em 2006 ocorrerão pelo menos 16 encontros regionais que produzirão uma série de debates sobre políticas públicas de saúde e psicologia. Marcos Ferreira acrescentou que foi assinado, no

final da gestão anterior, um acordo com a Organização Pan-americana de Saúde para a sua realização. Os recursos do Ministério da Saúde já estão disponibilizados. "Vamos organizar os eventos em colaboração com os Conselhos Regionais. Trata-se de um projeto para debater a importância da Psicologia nas políticas públicas de saúde, notadamente no SUS, com os agentes formadores de psicólogos", revelou.

Para Marcos Ferreira, a campanha terá um forte apelo de cidadania. Pretende-se divulgar a imagem e a proposta do SUS junto à população, professores, alunos e coordenadores de cursos de Psicologia. "O SUS precisa ser fortalecido socialmente, ter recursos suplementares para progredir. Um sistema de saúde de entrada universal é uma experiência muito rara no mundo que deve ser valorizada", justificou. ●



Nova diretoria da ABEP

No V Encontro Anual da ABEP, foram eleitos para a diretoria da associação no biênio 2005-2007 Marcos Ferreira (SC - Presidente), Francisco José Machado Viana (MG - Vice-Presidente), Julieta Quayle (SP - Secretária) e Luis Carlos de Araújo Lima (SP - Tesoureiro). Como suplentes, assumiram os psicólogos Aluizio Lopes de Brito (PB) e Eliana Vianna (RJ).

Psicologia do trabalho passa por processo de humanização

Compromisso com a dignidade humana e ênfase na interdisciplinaridade são os desafios da área



A Psicologia do Trabalho ainda está ligada à sua clássica relação com as empresas. Sua atuação ganhou novos horizontes, num segundo momento, quando foi estendida aos sindicatos, movimentos sociais e políticas públicas. Mas seu potencial evolutivo é maior do que isso. É necessário, no entanto, uma reformulação para que essa especialidade deixe de ser um campo historicamente marginalizado. Para o professor de graduação e pós-graduação da UNICAMP/FGV/USM, Roberto Heloani, o primeiro passo é evitar os experimentalismos irresponsáveis numa área que deveria estar focada em valorizar a dignidade humana. Segundo ele, não há espaço para primarismos, e sim para pesquisas sérias que considerem a dignidade humana como algo inegociável.

Roberto Heloani afirma que, embora tenha origem na indústria, a Psicologia do Trabalho, ao mesmo tempo em que precisa afastar a idéia primitiva de enquadrar o homem ao mundo da empresa, deve se colocar como interlocutora do indivíduo com o mundo, tratando da questão da subjetividade. A professora de graduação e pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da USP, Leny Sato, observa que o rompimento da estrutura formal da Psicologia do Trabalho, como instrumento a serviço apenas da produtividade, encontrará, no entanto, obstáculos por conta da natureza dos processos organizativos.

“As primeiras pegadas da Psicologia do Trabalho fincaram marcas que expressam a demanda por respostas ao processo de industrialização no Brasil nos setores de gestão e nos processos organizacionais, vinculando a Psicologia às atividades de recursos humanos. A visão e as necessidades dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos sociais não tiveram espaço para se estruturar como voz demandante, e, por isso, parece que não havia outra ótica que conformasse a realidade do trabalho e a vida no interior das empresas, o que não é verdade”, afirma.

Leny Sato explica que no início da década de 80, com a volta dos movimentos sociais à cena pública, a Psicologia testemunhou o surgimento de demandas que buscavam na área um olhar que reconhecesse as necessidades dos trabalhadores, não só as necessidades corporativas das empresas. “Foi extremamente importante o campo que se configurou como Saúde do Trabalhador, no qual o Estado, por meio de políticas em saúde pública, também se apresentava mais fortemente. Abriu-se espaço importante para práticas e investigação na Psicologia”, contextualiza.

O cenário do momento é outro. Leny Sato destaca o desemprego, o mercado informal de trabalho e as cooperativas autogestionárias como fenômenos importantes que abriram novas possibilidades para a Psicologia do Trabalho nos dias de hoje. “A partir disso, temas como identidade e trabalho, táticas e estratégias de sobrevivência e os processos psicossociais que possibilitam a construção de relações autogestionárias têm sido objeto de investigação e que devem ser levadas em consideração nas atividades de intervenção dos profissionais”, avalia.

Roberto Heloani complementa, dizendo que a Psicologia do Trabalho precisa ser pensada como elemento histórico e cultural. “O grande desafio da área é se relacionar com outras disciplinas, com os outros campos do saber”, diz. A interface com outras áreas, de acordo com ele, é premente em virtude das rápidas mudanças pelas quais passam o próprio conhecimento, e é fundamental para sua sobrevivência como campo respeitável. Caso contrário, a Psicologia do Trabalho corre o risco de se restringir a alguns setores ou ser colocada de lado, descompromissada com a emancipação de sua origem servil e alienante. “Compete ao próprio psicólogo tomar o seu lugar na questão ética, deixar bem claro a que veio e o que pretende”, alerta.

Para Roberto Heloani, o psicólogo do tra-

balho deve se posicionar desde a formação - não pensar que sua atividade é neutra -, e que, apesar da relação capital e trabalho ser muito favorável ao capital, “ele tem a possibilidade de ser um ator significativo em todo esse teatro”. “Está na hora de o psicólogo assumir, efetivamente, um compromisso explícito com o ser humano e não com o capital. O que não quer dizer que ele não possa trabalhar em uma organização, ter uma visão mais ampla e lúcida de uma empresa. Mas ele não pode deixar de se posicionar. Há pessoas que estão fazendo trabalhos maravilhosos na área, mas, devido a certa omissão, decorrente talvez de uma despolitização, o psicólogo (do trabalho) é associado ainda, em boa parte da América Latina, à pecha daquele que tende a ter uma postura discutível do ponto de vista ético, o que não corresponde à verdade”, esclarece. Para ele, as discussões nesse sentido estão crescendo.

Heloani analisa que há um movimento na formação do psicólogo do trabalho em direção à valorização da dignidade humana. Apesar disso, sente que ainda há avanços a conquistar em termos de currículo, como na questão dos estágios - um debate que, segundo ele, ocorre hoje não só no meio acadêmico, mas também em outras instâncias, como nos Conselhos Regionais de Psicologia e em seminários e congressos.

Nessas discussões, ele verificou que há um índice assustador de problemas relacionados à depressão. “Sabemos que existe uma relação muito forte entre estresse patológico e assédio moral, da ordem de 47%, que ocorre, geralmente, no trabalho. Há pessoas que, praticamente, estão prestes a ser internadas. Um longo processo de assédio moral é sinal de que você tem um trabalho doentio, indigno, desrespeitoso em relação ao ser humano, que trata o colega não como sujeito, mas como instrumento. Eu acho que a Psicologia do Trabalho tem, pode e deve interferir nessa questão”, acredita. ●

Atuação profissional e políticas sociais **norteiam representações** do CRP SP em órgãos de controle social

O conselho atua em frentes que ampliam a inserção do psicólogo nas decisões de interesse dos profissionais e da população

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem como finalidade, de acordo com a lei, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, mas sua presença vai além. O CRP SP se faz presente em várias frentes, procurando sempre valorizar o profissional e inseri-lo nas discussões e decisões importantes para a população por meio de suas representações junto a movimentos, encontros e congressos que traduzem os interesses não só da categoria, mas da sociedade. A atuação profissional e as políticas sociais são prioritárias.

“Queremos participar com uma atuação qualificada. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo procura inserir os profissionais sempre em áreas de discussão e decisão. Esse trabalho está relacionado intrinsecamente às políticas sociais”, explica a vice-presidente do CRP SP, Maria Ermínia Ciliberti.

A coordenadora geral de Apoio à Gestão Descentralizada do Ministério da Saúde, Lumêna Almeida Castro Furtado, mestre em Saúde Pública e ex-presidente do CRP SP, considera que as políticas públicas voltadas para um projeto de transformação social, de inclusão, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Segundo ela, para que possa estar adequada às necessidades expressas em cada território e ser implementada conforme prioridades definidas amplamente, a construção e a implementação das políticas públicas não podem ser uma tarefa apenas do Estado, devem ser compartilhadas com a sociedade civil, que faz sua parte, assumindo direitos e responsabilidades.

“Nos conselhos de saúde, a participação dos usuários e dos trabalhadores deve se dar de forma organizada, devendo seus representantes expressar, nesses espaços, as posições e os interesses coletivos. Nesse sentido, as entidades profissionais, como o Conselho de Psicologia, tem um papel fundamental na garantia da qualidade dessa representação, junto a outras entidades nos conselhos de saúde”, acrescenta.

Lumêna Almeida Castro Furtado diz, também, que dois aspectos são fundamentais para garantir uma atuação criteriosa e comprometida com os interesses sociais: um processo de qualificação dessa representação e espaços de articulação das entidades de trabalhadores, como os fóruns de conselhos e de entidades, as plenárias de

saúde e os espaços de discussão com a categoria. “Não quer dizer que a atuação seja em defesa corporativa da profissão, mas de colaboração para que o Sistema Único de Saúde avance”, diz. Para isso, segundo ela, todo o investimento em espaços de formação dos conselheiros e o esforço compartilhado com outros parceiros são essenciais para garantir uma adequada participação. “Os Conselhos de Psicologia, particularmente o de São Paulo, têm marcado sua presença pela seriedade com que exercem essa responsabilidade de ajudar, nos espaços de controle social, a construir políticas públicas comprometidas com a transformação da sociedade brasileira”, afirma.

A psicóloga especialista em Saúde Pública, Inez Guimarães Pistelli, ex-presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e conselheira do CRP nas gestões 1998/2001 e 2001/2003, diz ser essencial para a discussão da representação profissional do psicólogo a diferenciação entre o Conselho de Psicologia e o Sindicato de Psicólogos. O primeiro representa a profissão, a Psicologia, e o segundo, os profissionais psicólogos, em seus interesses trabalhistas.

“Ambas as entidades buscam se representar nas instâncias de controle social de políticas públicas, integrando suas vocações entre si e com outras profissões e profissionais, oferecendo instrumental teórico-prático da Psicologia - papel do CRP -, e buscando a construção de políticas de emprego e relações de trabalho - papel do sindicato -, na produção de políticas públicas e sociais de saúde, educação, cultura, esportes, meio ambiente, assistência e previdência social, geração de emprego e renda, direitos humanos e cidadania, en-

tre outros”, ressalta.

Inez Guimarães Pistelli, que coordena o CAPS Adulto Formosa-Aricanduva, reconhece os avanços no território da organização sindical do psicólogo, mas acredita que há um longo caminho a percorrer para, de fato, catalisar, organizar e representar as necessidades e interesses trabalhistas de uma categoria “tão ampla em população, tão diversa em áreas de inserção e tão dispersamente distribuída pelos mercados de trabalho”. Esse caminho, segundo ela, passa por aquele que é o grande desafio para o movimento sindical de representação de categorias profissionais: negociação sindical por ramo de atividade para que os psicólogos sejam representados em suas demandas trabalhistas específicas e, **ao mesmo tempo, comuns aos demais profissionais do mesmo ramo.**

“O psicólogo professor, representado por entidade sindical da educação, terá condições de ter assento nas negociações e acordos coletivos da Educação. O psicólogo assessor, prestador de serviço contratado por empresa industrial, terá representadas suas demandas trabalhistas no sindicato dos trabalhadores daquele ramo da indústria. Assim, os psicólogos da saúde, nos sindicatos da saúde; os psicólogos do judiciário, nos sindicatos do judiciário”, exemplifica.

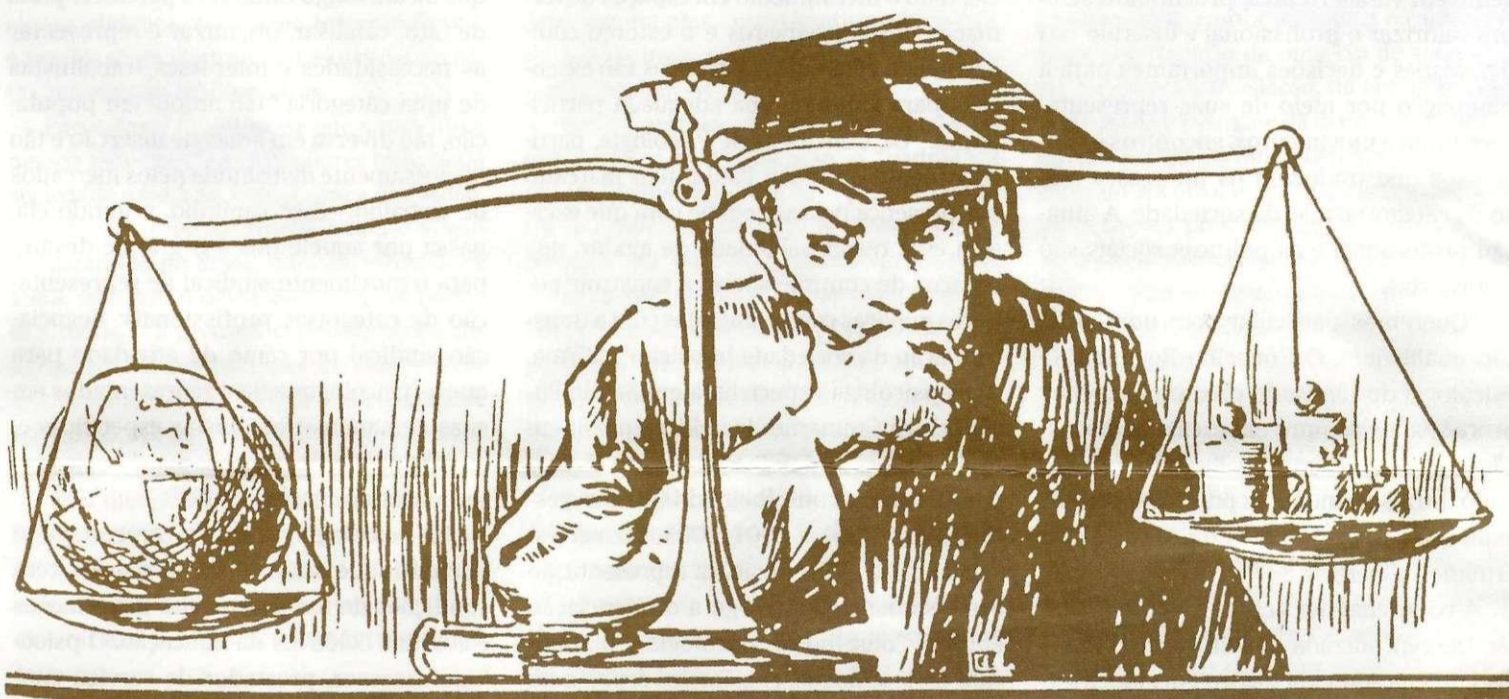
Inez Guimarães Pistelli acredita ser esse o futuro da representação trabalhista que se vislumbra para o psicólogo em tempos de globalização. “Uma questão que deve ser amplamente debatida não só pelos profissionais da área, mas também sob a visão teórico-prática da Psicologia, porque o futuro de uma categoria profissional depende de discussão e consenso”, conclui. ●

Representações do CRP SP

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem representantes em 14 conselhos municipais das áreas de saúde e saúde mental, além de integrar a diretoria do Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde, que intermedia as relações entre os conselhos municipais e o Estado. Como membro do Fórum, o CRP SP integra a Câmara Técnica de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde, participando das plenárias que decidem as políticas públicas de saúde. O conselho participa também de representações de órgãos de controle social nas áreas de Criança e Adolescente/Educação (11 representações), Drogas e Entorpecentes (4), Deficientes (3), Idoso (2), Assistência Social (4), Meio Ambiente (1), Mulheres (2), entre outros.

A inserção do psicólogo no Poder Judiciário e sua interface com o Direito

O papel de perito judiciário e assistente técnico gera muitos questionamentos que se traduzem em queixas à Comissão de Ética



O papel do psicólogo no âmbito do Poder Judiciário tem se mostrado um campo cada vez mais aglutinador cujas demandas aumentam continuamente. Tanto que o Tribunal de Justiça do Estado São Paulo realizou concurso público no começo de 2005 para 400 vagas para psicólogos tanto na Vara da Infância e Juventude quanto na Vara de Família (segundo o Código de Processo Civil, é somente na Vara da Família que o psicólogo pode atuar como perito). Acompanha esse avanço a elevação do número de questionamentos em relação ao trabalho em processos judiciais, principalmente quando os psicólogos atuam como peritos ou assistentes técnicos. Dos 200 processos em trâmite na Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 13 envolvem especificamente a área, dos quais 11 são relacionados ao desempenho do perito e dois questionando a intervenção dos assistentes técnicos.

Essas denúncias, segundo pesquisa feita pela Comissão de Ética, envolvem sempre a mesma gama de queixas. São aspectos que contestam as técnicas utilizadas; a condução do profissional durante a própria avaliação; a fundamentação das conclusões; produção de laudos divergentes

por parte dos profissionais envolvidos, até quando as mesmas técnicas são utilizadas; produção de um laudo parcial, ouvindo somente um lado, assim como a divergência das partes com relação ao conteúdo das conclusões produzidas nos laudos.

Ao avaliar essa crescente demanda que tem chegado ao Conselho de Psicologia de São Paulo, a Comissão de Ética identificou a necessidade urgente de abrir espaço para a discussão sobre a atuação do Psicólogo no âmbito do Poder Judiciário. Foi realizado, então, um primeiro encontro, em setembro de 2005, com psicólogos peritos e assistentes técnicos para discutir e oferecer respaldo para um exercício profissional de qualidade. Foram debatidos também o potencial e as limitações da intervenção da Psicologia na área, do ponto de vista da ética, envolvendo o cotidiano destes profissionais e o caráter legal das funções. "A Psicologia necessita agregar conhecimentos no sentido de responder adequadamente ao chamado da sociedade e de uma demanda que nasce no campo do Direito", diz Patrícia Garcia de Souza, presidente da comissão e coordenadora do encontro.

Esse respaldo é fundamental, segundo Patrícia, porque os psicólogos da área tra-

balham muitas vezes numa linha muito tênue entre "o exercício pautado pela ética profissional e uma atuação baseada unicamente nas exigências que o contexto de trabalho impõe" num terreno onde transitam ciências que podem entrar em conflito: o Direito e a Psicologia.

Lídia Rosalina Folgueira Castro, chefe do setor de Psicologia das Varas da Família e Sucessões do Fórum Central da capital e doutora em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, participou do encontro organizado pela Comissão de Ética. Ela explica que, embora sejam humanas e sociais, particularidades podem antagonizar essas duas ciências.

Ela diz que, na Vara da Família, há duas formas de atuação: como perito e assistente técnico. O assistente técnico é um psicólogo contratado pela parte, para acompanhar o trabalho pericial (o do perito). Muitos assistentes técnicos pensam que sua atuação profissional deve se pautar da defesa de seu cliente, mesmo que isso venha a prejudicar os envolvidos. "Penso que o psicólogo deve estar comprometido em preservar a saúde e o bem estar das pessoas. Muitas vezes, isso significa fazer seu cliente perceber que sua

demanda de ganhar o processo a qualquer custo pode estar calcada num desejo doentio”, observa Lídia.

O perito nas Varas de Família, continua ela, deve observar o Código de Processo Civil de forma a garantir o Princípio do Contraditório (tudo deve ser claro e acompanhado pelas partes para que possam se pronunciar). Fica estabelecido que as partes envolvidas num processo que tramita dentro dessa vara devem ser representadas por um advogado.

Ela diz que está prevista a figura de assistente técnico, que auxilia, em muitas ocasiões, o perito e a Justiça na compreensão do processo. Mas reconhece que existem profissionais que fazem qualquer negócio pelo cliente. “Há psicólogos que agem como advogado de defesa. Pensam que seu papel é fazer seu cliente ganhar o processo, mesmo que isso implique em prejuízo para as crianças envolvidas no processo”, lamenta. Sobre esse aspecto, ela

“A Psicologia necessita agregar conhecimentos no sentido de responder adequadamente ao chamado da sociedade e de uma demanda que nasce no campo do Direito”

Patrícia Garcia de Souza

Reflexões sobre a atuação do profissional da área jurídica

A Comissão de Ética elaborou e distribuiu para discussão nos grupos - durante o evento do dia 17 de setembro promovido pelo CRP SP sobre o trabalho do psicólogo no campo do Direito -, um relato de caso fictício, baseado nas queixas trazidas em processos éticos envolvendo psicólogos peritos e assistentes técnicos e dez perguntas para reflexão sobre a atuação profissional na área jurídica.

Abaixo, algumas das propostas e discussões levantadas pelos psicólogos a partir do trabalho nos grupos:

1. Papel do profissional:

É fundamental que o psicólogo tenha clareza de sua função e daquilo que o seu conhecimento é capaz de oferecer, trabalhando dentro do que lhe cabe. Primeiramente, o psicólogo deve ter clareza e segurança de seu papel e limitação no Poder Judiciário, depois dialogar com os profissionais do Direito para que se chegue a uma proposta de organização de encontro entre ambas as áreas.

2. Imparcialidade:

O psicólogo deve se posicionar a respeito de sua compreensão do caso, dentro das delimitações de seu campo profissional. A imparcialidade não se refere à conclusão, mas ao processo de avaliação. Muitos dos presentes nos grupos de discussão pensaram ser fundamental colocar a conclusão e explicitar. O posicionamento não implica em excluir uma das partes. O profissional deve ter a liberdade de se manifestar na sua ciência do ponto de vista técnico, podendo dar parecer conclusivo na sua ciência. O perito deve se abster em relação à análise da parte não avaliada.

3. Formação/Pesquisa:

Importância da formação específica (ECA, leis nacionais, conhecimento na área em que exerce atividade pericial) e constante para estes profissionais, além de procurar incentivar a pesquisa na área jurídica promovendo concursos monográficos.

4. Sobre a Avaliação Psicológica:

Foi ressaltada a importância de atentar-se para a forma de escrever: linguagem técnica objetiva, clara. O psicólogo tem que ter fundamentação no que escreve, buscar técnicas para embasamento e dizer como chega à conclusão. Deve constar em que se baseou para chegar às conclusões: entrevista, testes, etc. Sugerido que o CRP/CFP oriente sobre as qualidades mínimas para escrever um laudo, sendo que a Resolução CFP 002/03 não é suficiente (o que, no contexto judiciário, é denominado de 'laudo', na Resolução CFP 002/03 consta como 'parecer').

5. Relação Perito e Assistente Técnico:

Sugestão ao CRP de normatizar os limites do trabalho entre esses profissionais. O 'estar junto' não implica em acompanhar o cliente no atendimento com o perito.

6. Resolução Específica para a Psicologia Jurídica:

Os psicólogos judiciários precisam de respaldo e saber o que podem escrever, como lidar com intimações, como proceder enquanto testemunha, etc. O Código de Ética é abrangente; é preciso termos normas mais específicas. O CRP precisaria deixar registrado que a entrevista também é um instrumento válido, não somente os testes psicológicos.

7. Interior:

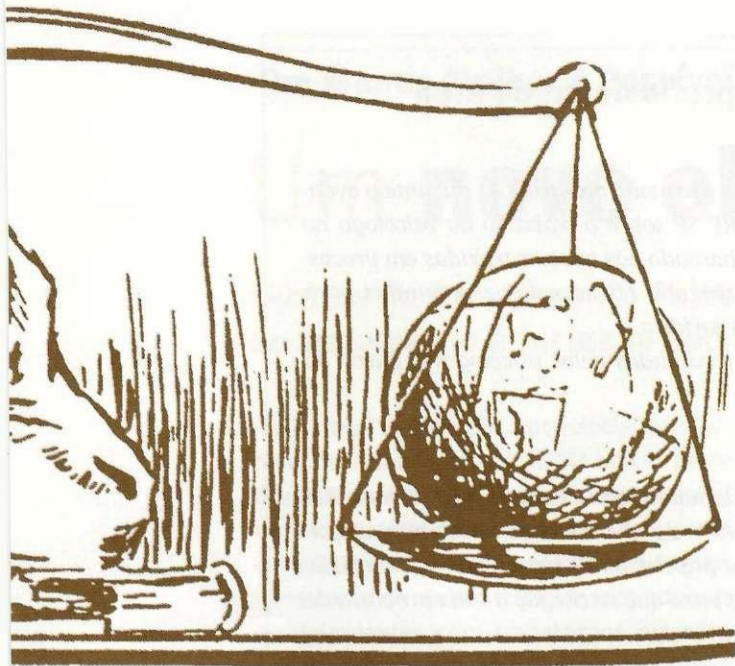
O profissional que atua como perito no interior do Estado é convocado por determinação judicial a exercer atividades de peritagem nas mais diferentes áreas e lhe é cobrado o exercício de funções para as quais não está preparado.

é da opinião de que em situação de disputa de guarda ou de redefinição de visita, os peritos e assistentes técnicos devem salvaguardar os interesses da criança. “O foco do trabalho deve ser o bem-estar da criança”, ressalta.

O trabalho em Vara de Família é uma especialidade e exige uma experiência e conhecimento. “Não existe uma só forma de trabalhar. Quanto maior o conhecimento e as possibilidades de ferramentas que os peritos tiverem, melhor”, aconselha. Mas ela identifica fissuras na formação profissional. “A maioria das faculdades não tem Psicologia Jurídica. É uma problemática séria que deveria ser equacio-

nada. É importante o mestrado profissionalizante, a especialização e as pesquisas que referendam a experiência prática já existente”, propõe. “O próprio Tribunal de Justiça deveria incentivar financeiramente e através de dispensa de atividades”, sugere ela.

Sidney K. Shine, perito em avaliação das famílias no Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de Saúde Mental e Justiça do Instituto Oscar Freire de Medicina Legal da USP, outro que participou do encontro do CRP SP, também chama a atenção para a carência de pesquisas na área. Os profissionais se baseiam em estudos realizados fora do Brasil. Mas, para ele, o



desafio maior é dominar aquilo que se chama hoje em dia de interdisciplinaridade. "Para o psicólogo trabalhar bem a área, é fundamental que ele domine um pouco o próprio conceito do Direito e o linguajar jurídico", diz.

Um dos aspectos ainda oculto são os laudos psicológicos. Ele iniciou uma pesquisa para dissecar a estrutura desses pareceres para entender e discriminar melhor a natureza das queixas, verificar por quem é feito e de que forma o sujeito se sentiu lesado na prestação de serviço psicológico. "Quero entender se é uma problemática técnica, ética ou psicológica do sujeito. Precisamos de maiores estudos para discriminar melhor o que são essas queixas que acabam no Conselho de Psicologia, até para não colocar todos os psi-

cólogos num mesmo 'saco' ", diz ele.

A presidente da Comissão de Ética, Patrícia Garcia, diz que o assunto exige novas reflexões. Ela antecipa que ainda no primeiro semestre de 2006 novo encontro será organizado com o objetivo de continuar as discussões sobre a prática profissional na área, tendo como meta estabelecer diretrizes mais claras para o exercício profissional neste campo de atuação.

Os psicólogos interessados em participar das discussões podem enviar e-mail para etica@crpsp.org.br, indicando seus dados para contato (endereço, telefone, e-mail). Já está sendo organizado pela comissão um *mailing* desses profissionais para que possam ser periodicamente informados dos encontros organizados e dos andamentos das discussões. ●

Processos Éticos

A Psicologia e os veículos de Comunicação

O psicólogo M. foi convidado a participar de um programa de rádio, que vem sendo questionado pela opinião pública por buscar audiência de forma sensacionalista. Neste, houve a exposição pública de um conflito familiar. Participaram alguns membros dessa família, sendo identificados por seus nomes e sua vida íntima, demonstrando forte constrangimento e emoção. O psicólogo fez intervenções, analisando, emitindo opinião sobre a problemática e apresentando conclusões precipitadas, provocando a comoção dos participantes.

A atitude do profissional foi considerada uma falta de cuidado com relação aos direitos humanos, sendo que o Código de Ética Profissional* prevê em seus princípios fundamentais, com alicerces para a conduta ética do psicólogo, os seguintes dispositivos:

Princípios fundamentais

I. O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e à integridade do ser humano;

IV. A atuação profissional do Psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social.

Tem-se notado, atualmente, uma excessiva exploração do espaço privado pela mídia. Espera-se que o psicólogo não concorde nem seja conivente com situações de exploração do sofrimento, conflito e desespero humanos, mas sim que atue de forma crítica diante das condições de humilhação e manipulação a que vêm sendo submetidas principalmente as camadas sociais mais pauperizadas da população. Há que se pensar ainda, no ponto de vista da saúde mental, nas consequências dessa exposição para as pessoas envolvidas.

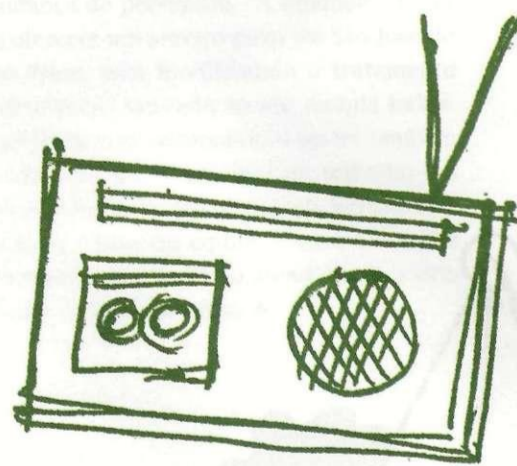
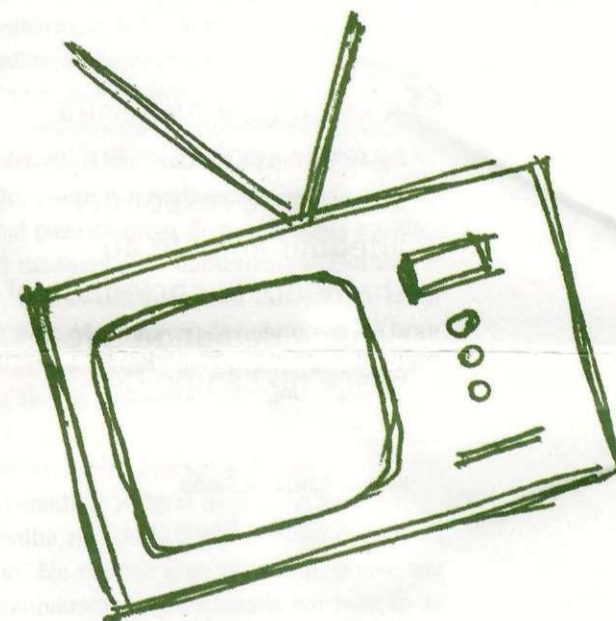
Além desses aspectos, há a necessidade da manutenção do sigilo profissional, através do respeito à intimidade e privacidade. Não se pode, portanto, analisar ou emitir parecer sobre uma situação concreta publicamente. Também não se pode fazer uma análise precipitada, formulando um entendimento sem a devida fundamentação técnica. Importante lembrar também que se espera do psicólogo um cuidado também com a profissão. A mídia deve ser considerada para se propagarem à população os recursos e conhecimentos técnico-científicos da Psicologia. A sujeição da Psicologia a necessidades que visam à exploração sensacionalista do comportamento humano resulta na transmissão de uma imagem equivocada da ciência psicológica.

Trata-se de buscar preservar bens universais valiosos: os direitos humanos e a cidadania. Nosso Código de Ética estabelece que o psicólogo baseará seu trabalho no respeito e promoção da dignidade e integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

*Resolução CFP N° 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigos da Resolução CFP N° 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Princípios Fundamentais I e III, Art. 2º, "a" e "q", Art. 9º e Art. 19º)

*Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP N° 006/2001 (Código de Processamento Disciplinar), que pode ser encontrado no site: www.crpsp.org.br - item Legislação e Regulamentação



Poder público **carece** **de políticas** de Estado

Políticas públicas sofrem com a cultura da distribuição de cargos de confiança e da disseminação da idéia de que o funcionalismo não é competente

Se a expectativa média de vida do brasileiro aumentou, segundo pesquisa do IBGE, não se pode dizer o mesmo das políticas públicas do país cuja longevidade gira em torno dos quatro anos, período durante o qual perdura o mandato do chefe do Executivo. Mor-te tão precoce deve-se, segundo Jorge Kayano, pesquisador do Instituto Polis, à falta de amadurecimento da noção de Estado. “A demanda da sociedade é para que tenhamos mais políticas de Estado e menos política de governo”, diz.

Kayano acredita que a inconstância e a irregularidade da manutenção de políticas levam a uma situação de descrédito. “Projetos bons não garantem sua continuidade, o que gera ceticismo na população e uma desmotivação terrível entre os profissionais envolvidos”, afirma. O pesquisador chama a atenção para uma prática que corrói programas sérios e de valor: a dança das cadeiras nos escalões inferiores preenchidas por indicações políticas. “Num sistema mais democrático, os cargos de confiança deveriam ser reduzidos. Muitos, ocupados sem concurso público ou por pessoas sem capacidade”, observa. “É pernicioso essa cultura de aproveitar o poder para distribuir cargos”, lamenta. Essa “naturalização” desestimularia o funcionalismo. A ONG Transparência Brasil divulgou em dezembro um documento que aponta que, somente na esfera federal, são mais de 20 mil nomeações nos três Poderes.

A professora Ianni Regia Scarcelli, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, identifica aí parte da estratégia das forças políticas de implementar o Estado Mínimo, a partir de nomeações de cargos de confiança e, principalmente, pela difusão da idéia de que o funcionalismo público é incompetente - o abre alas para uma reforma do Estado que implicaria em transferir para a iniciativa privada e entidades civis a administração pública. Jorge Kayano reforça dizendo que disseminar na população a idéia de que o público não presta é conveniente para a expansão de serviços privados.

Ela lembra que o projeto começou a ser forjado em 1994 pelo ex-ministro Bresser Pereira e que aos poucos é implementado em vários níveis de poder. A professora Ianni diz que a atual gestão da cidade de São Paulo, por exemplo, pretende dar forma à idéia. Projeto de lei que terceiriza os serviços com as chamadas “organizações sociais”, as OSs (pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos), já foi aprovado pela Câmara Municipal em dezembro. Ela vê com cautela essa transferência de papéis. O próprio Conselho Municipal de Saúde, que aprovou um documento dia 22 de dezembro, observa que o modelo defendido pela atual gestão da Prefeitura de São Paulo contraria os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalização do atendimento público, abre bre-

chas para a administração pública burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pode ser usado de forma eleitoreira.

Para Ianni, servidores, entidades civis e os setores beneficiados pelos programas decorrentes de políticas públicas são constantemente vitimados por essas modificações. “Quem chega para gerenciar os serviços públicos em cargos de confiança, muitos deles oriundos da iniciativa privada, freqüentemente buscam subsídio na lógica empresarial e agem como se os serviços não funcionassem por incapacidade das antigas

“A Psicologia tem um campo de conhecimento ainda pouco aproveitado. Precisamos não só executar os projetos, mas fazer parte da máquina estruturante”

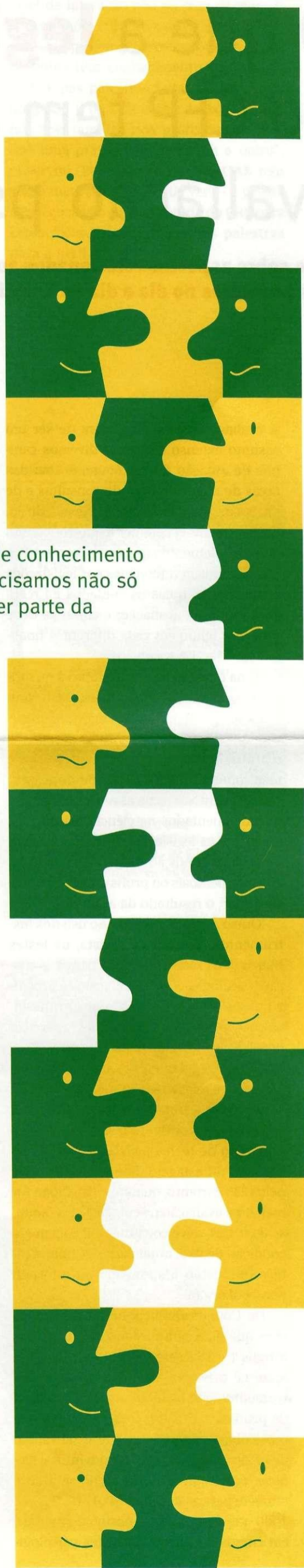
Ianni Scarcelli

chefias e, principalmente, pela falsa suposição de incompetência do funcionalismo.” Segundo a professora da USP, a desestruturação institucional produz um impacto psíquico nas pessoas envolvidas nos projetos.

Exemplo clássico foi a implementação do PAS (Plano de Atendimento à Saúde) em oito anos de administração Maluf-Pitta. “A mudança foi tremenda. Muitos servidores adoeceram. Quadros de hipertensão, ansiedade e depressão eram freqüentes. Eu conheci um servidor que foi internado em hospital psiquiátrico e acabou morrendo” constata. Segundo ela, com a mudança constante de diretrizes, o trabalho fica fragmentado e as pessoas perdem a sustentação de um coletivo cada vez mais enfraquecido.

“Uma das formas de se contrapor à dissolução de projetos sociais é não se deixar levar ao isolamento e buscar espaços coletivos onde essas experiências desestruturantes possam ser refletidas e superadas”, sugere Ianni Scarcelli. Para ela, cabe a setores e áreas do conhecimento como a Psicologia contribuir na definição das políticas públicas de uma maneira geral. “A Psicologia tem um campo de conhecimento ainda pouco aproveitado”, diz. “Precisamos não só executar os projetos, mas compor espaços que definem e problematizam as políticas”, defende.

Ianni acredita que não dá para pensar só sob o ponto de vista burocrático e de estruturas, que são materiais. “Avaliar qual o tipo de ação que se vai ter em relação aos servidores públicos na hora de definir uma política pública é fundamental. Sabemos, por exemplo, que a saúde mental do trabalhador está relacionada à organização do trabalho. Adoecer ou ficar alheio ao trabalho são formas de se defender de estruturas institucionais perversas.” Segundo ela, essa é uma consequência que se vira contra o próprio funcionalismo, pois em cima de mais esse fator os gestores reforçam sua tese de que o melhor mesmo é a terceirização. ●



O que a **legislação profissional** do CFP tem a dizer sobre a avaliação psicológica?

Série sobre aspectos relacionados ao Código de Ética trata nesta edição sobre um dos assuntos mais presentes no dia a dia do exercício da profissão

A avaliação psicológica, além de ser um assunto extenso e abarcar diversos campos de atuação do psicólogo, é uma das áreas de maior número de consultas e de processos éticos no CRP SP. Nesta edição, procuraremos responder a questões como quais os elementos que compõem a A.P. e que encontram referências nas legislações profissionais; quais os cuidados na realização de uma avaliação; e como se deve proceder tendo em vista diferentes finalidades.

Uma questão básica é quanto à qualificação profissional. Neste item, destacam-se os artigos 1 e 2 do Código que observam que o serviço só pode ser prestado se o profissional estiver capacitado teórica e tecnicamente utilizando-se de princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional, além de vedar a condição de perito quando há vínculos pessoais ou profissionais que possa afetar o resultado da avaliação.

Outro aspecto refere-se ao uso dos instrumentos. Junto à entrevista, os testes têm sido os mais utilizados para a avaliação psicológica. O uso dos testes é privativo do psicólogo, e seu uso por profissional não psicólogo caracteriza o exercício ilegal da profissão. A Resolução CFP nº 002/2003 regulamenta o uso, a elaboração e comercialização dos testes psicológicos. Nesse campo, a normatização, em seu artigo 16 configura como falta ética a utilização de testes psicológicos que não constem da listagem de testes aprovados pelo CFP. Portanto, quando o psicólogo for realizar a avaliação psicológica utilizando-se de testes, deve consultar a listagem em condição de uso, atualizados regularmente e que estão disponíveis na internet: www.pol.org.br

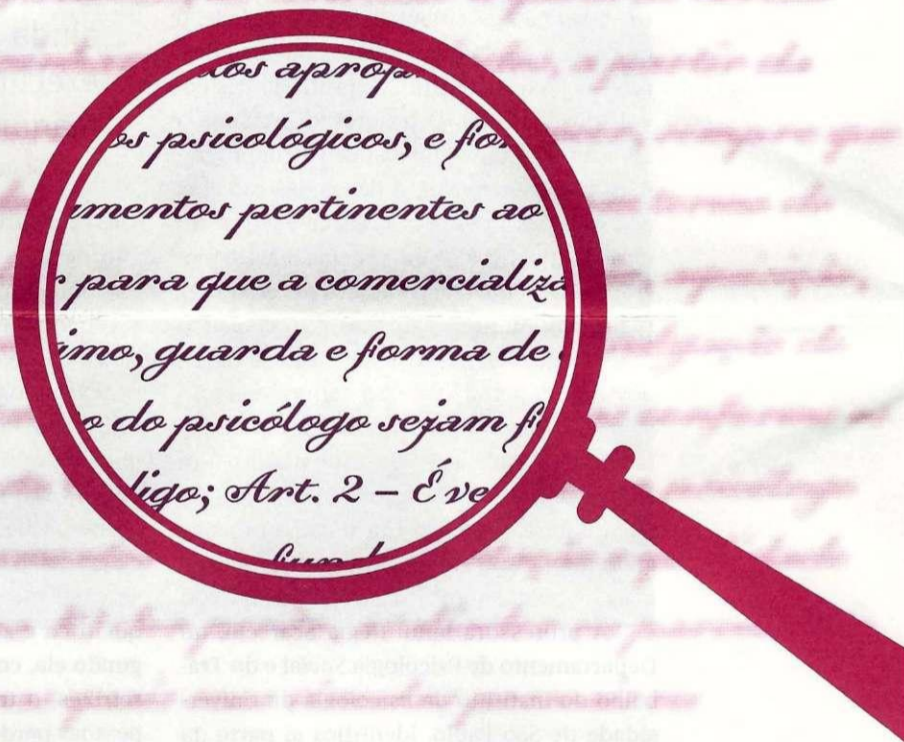
Do Código de Ética, há outras indicações que merecem destaque como as dos artigos 1 e 18 sobre o dever de zelar pelo material privativo e de não divulgar instrumentos que facilitem o exercício ilegal da profissão. O artigo 2 fala também que o psicólogo não pode interferir na validade e fidedignidade dos instrumentos e técnicas psicológicos. É bom que se atente também para as Resoluções 01/1997 e 11/2000 que disciplinam o ensino do método em cursos e a oferta de testes psicológi-

cos, inventários de interesses, material de orientação vocacional, jogos e outros instrumentos ao público.

Um dos grandes problemas é a questão dos registros e dos documentos produzidos pelo profissional a partir da avaliação psicológica, que requer todo o cuidado. O Código de Ética, em seu artigo 1, diz que são deveres fundamentais dos psicólogos orientar sobre os encaminhamentos, e fornecer os documentos para o bom termo do trabalho. O artigo 2 veda a emissão de documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica e apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação de modo a expor as pessoas, grupos ou instituições.

Já os artigos 6, 12 e 14 ressaltam o aspecto do compartilhamento de informações com outros profissionais, as quais devem ser suficientes e necessárias apenas para qualificar o serviço quando em atividade multiprofissional.

A Resolução CFP nº 007/2003 (que revoga a Resolução CFP nº 17/2002) apresenta um manual sobre a elaboração de documentos escritos, a natureza de cada um deles, a finalidade, estrutura, estabelece os princípios norteadores para sua elaboração, define prazo de validade e esclarece a respeito de sua guarda. O manual deve ser consultado para que os documentos possam seguir a devida e esperada normatização.



Sobre concursos públicos e processos seletivos, o CFP aprovou resoluções que estabelecem parâmetros específicos para as situações da mesma natureza. A Resolução nº 001/2002 orienta quanto aos cuidados técnicos e éticos a serem tomados neste particular em relação ao edital, questionamentos por parte de candidatos e outros aspectos.

A respeito da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, é preciso ressaltar o artigo 1 da Resolução nº 016/2002 que trata da avaliação psicológica como procedimento para identificar os aspectos psicológicos do candidato. Além da resolução, há outros importantes documentos: o Manual para Avaliação Psicológica de Candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e Condutores de Veículos Automotores e a Resolução CFP nº 012/2000, que oferecem orientações a serem seguidas.

Para encerrar, relembremos o conceito de avaliação psicológica que consta na Resolução CFP 007/2003: "A avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação a respeito de fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas - métodos, técnicas e instrumentos".

Se houver outras dúvidas, que não foram aqui esclarecidas, o psicólogo pode acessar o site do Conselho www.crps.org.br no item "Orientação" ou ligar para a Comissão de Orientação 3061-9494 ramal 141 no CRP SP. ●

Dispositivos que devem ser observados pelo psicólogo na avaliação psicológica

Código de Ética

Art. 1 São deveres fundamentais dos psicólogos:

- b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;
- c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;
- h) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho.
- i) Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo sejam feitos conforme os princípios deste Código;

Art. 2 - É vedado ao psicólogo

- g) emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;
- k) Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;
- h) Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas;
- q) Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

Art. 6 - O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

- b) Compartilhar somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 12 - Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 14 - A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

Art. 18 - O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Resolução CFP nº 002/2003

Art. 1º - Os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do Art. 13 da Lei nº 4.119/62.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos.

Art. 16º - Será considerada falta ética, conforme disposto na alínea c do Art. 1º e na alínea m do Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP, salvo os casos de pesquisa.

Parágrafo Único - O psicólogo que utiliza testes psicológicos como instrumento de trabalho, além do disposto no caput deste artigo, deve observar as informações contidas nos respectivos manuais e buscar informações adicionais para maior qualificação no aspecto técnico-operacional do uso do instrumento, sobre a fundamentação teórica referente ao construto avaliado, sobre pesquisas recentes realizadas com o teste, além de conhecimentos de Psicometria e Estatística.

Resolução nº 012/97, que disciplina o ensino de métodos e técnicas psicológicas em cursos livres e de pós-graduação, por psicólogos a não psicólogos.

Resolução nº 011/2000, que disciplina a oferta de produtos e serviços ao público - Define os direitos básicos do consumidor dos serviços psicológicos e em relação à publicidade, tanto para os produtos quanto para os serviços.

Resolução CFP nº 001/2002.

Art. 1º - A avaliação psicológica para fins de seleção de candidatos é um processo, realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao cargo pretendido.

Resolução CFP nº 016/2002

Art. 1º - A avaliação psicológica para fins de seleção de candidatos é um processo, realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao cargo pretendido.

os que não c
ção de testes aprov
CFP, salvo os casos de
quisa. Parágrafo Único
psicólogo que utiliza testes
lógicos como instrum
alho, além do di

Violência e prática de encarceramento em campanha dos direitos humanos

O tema “O que foi feito para excluir não pode incluir” aborda a exclusão nas esferas do sistema prisional, socioeducativo e da família.

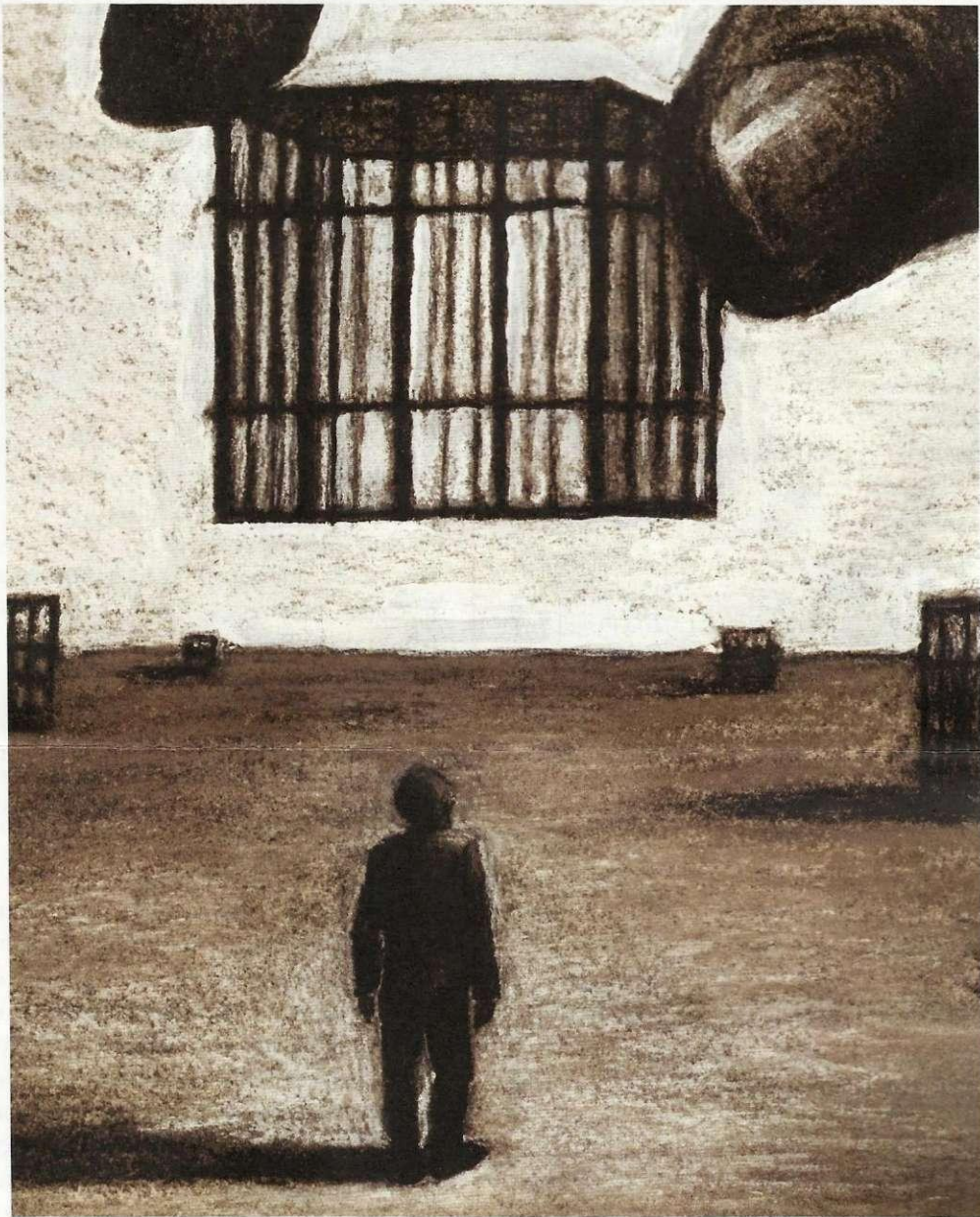
Instituições que perpetuam a prática da exclusão social e da violência são objeto de uma campanha nacional organizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais. A Psicologia inicia uma jornada para provocar a adoção de medidas e programas voltados para os Direitos Humanos e que questionem a idéia do encarceramento, um sistema que, em vez de recuperar o indivíduo, rouba-lhe a identidade. A violência crescente nas Febens, nas unidades do sistema prisional e mesmo em alguns abrigos para idosos ou pessoas portadoras de deficiência comprova a falência das práticas de privação de liberdade vigentes.

No último dia 10 de novembro, foi lançada essa que é a V Campanha Nacional de Direitos Humanos - “O que é feito para excluir não pode incluir. Pelo fim da violência nas práticas de privação de liberdade”, permanecendo durante todo o ano de 2006. Os psicólogos brasileiros pretendem estabelecer uma rede de parcerias com pessoas e entidades que tenham o compromisso com a defesa da vida, da dignidade humana e da ampla defesa para debater a questão junto aos organismos governamentais e da sociedade civil. Ao longo dos próximos meses, serão organizados seminários e encontros em todo o país para denunciar, discutir a matéria e propor alternativas de reinserção da população reclusa.

Para a coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Esther Arantes, constatou-se ao longo dos últimos anos conquistas importantes em relação à luta antimanicomial. O mesmo não se poderia dizer em relação às lutas para modificação dos sistemas prisional e socioeducativo. Tanto que já está sendo organizada uma primeira inspeção às unidades de internação do sistema socioeducativo, simultaneamente em todo o Brasil, em parceria com as Comissões de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente, da Ordem dos Advogados do Brasil, além de outros parceiros governamentais e não-governamentais.

Esther Arantes explica que todas as caravanas serão realizadas em nível nacional e terão como resultado relatórios que serão amplamente debatidos pela categoria, divulgados pela imprensa e entregues às autoridades. Segundo ela, a violência crescente constitui-se em enorme desafio. “Trata-se de se contrapor às idéias amplamente difundidas de que bandido bom é bandido morto ou que direitos humanos serve apenas para defender bandidos”, diz.

Os psicólogos brasileiros pretendem estabelecer uma rede de parcerias com pessoas e entidades que tenham o compromisso com a defesa da vida e da dignidade huma-



na para debater a questão. Ao longo do ano serão organizados seminários e encontros em todo o país para debater a matéria e propor alternativas à luz dos resultados das caravanas ou inspeções - que não se limitarão ao sistema socioeducativo.

A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Marilene Proença, esclarece que o tema foi escolhido a partir de um debate do qual participaram todas as Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos. A avaliação nacional foi a de que a questão do encarceramento é um proble-

ma comum em vários Estados e em relação ao qual os Conselhos Regionais têm sido acionados para discutir, defender ou apurar denúncias, em particular no sistema prisional e em instituições em que deveriam cumprir as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Foi feito um levantamento geral de como a violência está se materializando na sociedade, principalmente nas instituições de privação da liberdade. Decidimos por uma campanha que fale do encarceramento, que pense a questão da violência nos espaços, onde

Declaração Universal de Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a “Declaração Universal de Direitos Humanos”, tornando-se um marco na luta pela dignidade humana, liberdade, justiça e paz. Os princípios universais do documento são hoje uma meta perseguida pelos movimentos e entidades dos direitos humanos, entre eles a da Psicologia, para divulgar os 30 artigos que integram a Declaração. O documento é muitas vezes citado, mas pouco conhecido, e muito menos aplicado pelo Poder Público. 10 de dezembro é uma data que sempre deve ser lembrada e comemorada para levar a todos esse ideal.

amentamento serão debatidas Dilemas do CFP

educativos e abrigos

as pessoas estão privadas de alguma forma de liberdade e onde há menos recursos para se lutar contra as arbitrariedades do que nos outros espaços sociais”, explica Marilene.

Ela lembra que, historicamente, a resposta da sociedade a determinadas situações, que poderiam ser consideradas como “desvios” ou “atos anti-sociais”, centra-se em práticas de exclusão do meio social, impossibilitando que pessoas que viveram a experiência do encarceramento tenham condições de reinserção social. Segundo ela, vários estudiosos, como Foucault, Goffman e Basaglia, autores de referência em Psicologia, mostram que instituições como manicômios, prisões e casas de custódia foram criadas com a finalidade de segregar indivíduos tidos como anormais e perigosos, deixando de enfrentar os reais motivos que levaram as pessoas a cometer atos infracionais ou de serem portadoras de sofrimento psíquico.

“Essas instituições são criações sociais e apesar de todas as discussões dos últimos anos, pouco se avançou no sentido de implementar políticas sociais que venham a enfrentar o sofrimento psíquico, o delito e o ato infracional. E isso acontece apesar de termos avançado do ponto de vista da legislação. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um bom exemplo de lei avançada e pouco ou incorretamente aplicada”, diz.

O conservadorismo da sociedade e das práticas sociais, segundo Marilene Proença, está expresso com intensidade no Estado de São Paulo na própria existência da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - uma instituição que, ainda, carrega princípios do anti-

go Código de Menores, revogado há 15 anos. Para ela, a questão está diretamente ligada ao preconceito que impera em relação a jovens oriundos das classes populares. “A maioria dos adolescentes, encarcerados nesse sistema, é pobre, sem direito ao acesso a uma escola de qualidade, a uma habitação digna e à cultura e ao lazer”, observa. Marilene Proença destaca que é fundamental compor uma frente ampla de luta com movimentos e grupos sociais organizados que pensem da mesma forma e que venham a realizar ações que modifiquem as práticas sociais junto à criança e ao adolescente.

Esther Arantes do Conselho Federal conta que todas as autoridades presentes no lançamento nacional da campanha, em Brasília, destacaram essa dificuldade em relação à sociedade. “Não é uma campanha simples. A resistência à questão de reforma no sistema de privação de liberdade é maior que a do sistema psiquiátrico. A sociedade está tão revoltada com a violência que admite certas práticas. Mas a campanha é absolutamente necessária”, afirma.

O debate sobre a Febem deu início à campanha em São Paulo. Na ocasião, a presidente do CRP SP, Maria da Graça Marchina Gonçalves, afirmou que o tema “encarceramento” não é uma questão simples. “Ele é de difícil enfrentamento, mas fundamental para que tenhamos uma Psicologia que reflita e produza conhecimento numa área, ainda, pouco explorada. Discutir essa temática nos obriga a refletir, organizadamente, um exercício importante, porque muda a maneira de os psicólogos entenderem um assunto complexo, além de contribuir para que a sociedade perceba essas questões de outra forma”, diz ela. “A nossa perspectiva com essa campanha é pensar outro tipo de sociedade, que inclua todos indivíduos: os doentes, os portadores de sofrimento psíquico, os portadores de qualquer diferença, os que transgrediram, que violaram as regras, aqueles que envelheceram, todos que não conseguem manter uma convivência cotidiana como a maioria consegue”, explicou.

A campanha em São Paulo será debatida em tópicos. O primeiro é a questão da Febem. “A maioria da população carcerária em São Paulo é de jovens entre 18 e 24 anos. Que sociedade é essa que não pára para pensar no que está fazendo com o futuro de tantos jovens nessa situação?”, questiona. Maria da Graça ressaltou que é preciso fazer um balanço e pensar em ações que coloquem a Psicologia e seus parceiros na frente de luta.

O promotor de justiça da Infância e da Juventude, Wilson Tafner, que atua na fiscalização da Febem, levanta alguns questionamentos, nascidos de sua experiência de mais de oito anos na instituição, que levam a uma reflexão sobre o que significa o encarceramento para os adolescentes e para a sociedade.

“O encarceramento, na prática, nos dias de hoje, acaba sendo a forma mais cara de tornar as pessoas piores. E para o adolescente, fica muito clara essa contradição”

Ariel de Castro Alves

Os internos, segundo o promotor, passam por uma verdadeira “escola do crime” ao serem submetidos a práticas como a tortura contumaz e transferência para presídios.

Testemunha ocular de crimes e violações aos direitos humanos contra os internos da Febem, ele observa que São Paulo vive uma antítese, “quase uma esquizofrenia”, na área. “Como um Estado rico consegue construir vários presídios para mais de 800 vagas no interior e não consegue implantar uma unidade socioeducativa para 40 adolescentes?”, questiona. O promotor resalta que a vivência do encarceramento, do acúmulo e da tortura como forma de manutenção da ordem levou a uma certa complacência da sociedade com esses tipos de prática. Ele se questiona até mesmo sobre a real existência de uma sociedade civil organizada que possa enfrentar, de forma concreta e articulada, a questão.

O coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, assessor jurídico da Fundação Projeto Travessia e membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB, Ariel de Castro Alves, resalta que a sociedade, muitas vezes, deixa-se levar pelo lado emocional da questão - influenciada por ditados como “dente por dente, olho por olho” -, e prefere retirar as pessoas do convívio social. As conseqüências e os efeitos do encarceramento, segundo ele, são desconhecidos pela sociedade, que “vai pagar a conta”.

Ariel de Castro Alves diz que o encarceramento em si já traz embutida uma grande contradição: como ensinar alguém a viver em sociedade privando-o do contato social? Ele defende que o encarceramento deve ocorrer só em casos excepcionais, inevitáveis, quando a conduta do adolescente ou adulto possa comprometer a própria sociedade. Os efeitos para os jovens, segundo ele, são deletérios, negativos e até mesmo perversos. “O encarceramento, na prática, nos dias de hoje, acaba sendo a forma mais cara de tornar as pessoas piores. E para o adolescente, fica muito clara essa contradição”, acrescenta. Como saída, ele elenca as medidas socioeducativas, no caso do adolescente, ou as penas alternativas, no caso de adultos.

O debate está apenas no início, mas uma frente de luta composta pelos setores defensores da liberdade e da diversidade começa a se delinear, agregar e se fortalecer para denunciar e agir pelo fim da violência nas práticas de privação de liberdade. A psicóloga Maria Izabel do Nascimento Marques, membro da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP e coordenadora da Subsede de Campinas, acrescentou que as parcerias são fundamentais para o sucesso da campanha. “Que essa campanha não seja só dos psicólogos, mas de todos os parceiros comprometidos com os Direitos Humanos”, espera. ●

Entidades prestigiam lançamento

No lançamento da V Campanha Nacional de Direitos Humanos, estiveram presentes a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR), Casa do Psicólogo, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) de Sapopemba, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 9ª Região, Fórum Estadual da Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Fundação Projeto Travessia, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas (Ilanud), Instituto de Psicologia da USP, Projeto Meninos e Meninos de Rua de Guarulhos, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Sintraemfa.

As edições anteriores também abordaram, só que de maneira menos direta, a temática do encarceramento. A primeira campanha, “O pior do pior”, por exemplo, tratou dos manicômios judiciários. A segunda denunciou o extermínio de crianças e adolescentes e o sistema repressivo: “Brincadeira e caixão”. As demais campanhas falaram do preconceito racial e da educação inclusiva.

O ECA se aprende na escola

Projetos no interior levam informação e compreensão do estatuto a estudantes de escolas públicas e universidades

Instrumento jurídico que regula os direitos e responsabilidades das crianças e dos adolescentes, o ECA completou 15 anos ainda pouco conhecido pelos seus protagonistas. Dois projetos foram realizados no interior paulista para multiplicar a divulgação entre os próprios adolescentes do conteúdo do estatuto, promovendo a cidadania e a construção democrática da sociedade.

Lançado no dia 13 de julho deste ano, em meio às comemorações pelos 15 anos do ECA, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, o projeto “ECA nas escolas: conquistando seus direitos” foi realizado pela subsede do CRP SP, seccional do Conselho Regional de Serviço Social (Cress-Ribeirão Preto), Ordem dos Advogados do Brasil - Ribeirão Preto, Promotoria da Infância e Juventude e o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional de Educação. O objetivo foi aproximar o ECA dos estudantes adolescentes de 7ª e 8ª séries da rede pública de ensino. Por meio de dinâmicas executadas por duplas de estagiários e debates, os estudantes receberam informações sobre direitos fundamentais e possíveis violações dos mesmos, medidas de proteção, instituições de defesa dos direitos, medidas socioeducativas e acesso à justiça. Os estagiários então responderam aos questionamentos levantados. Na primeira edição, o projeto procurou abranger cinco municípios: Ribeirão Preto, Morro Agudo, Sertãozinho, Pontal e Cravinhos. As intervenções vão continuar no início deste ano letivo.

“As conquistas, os direitos, a cidadania não se obtêm passivamente, esperando que alguém faça por nós. É preciso conquistá-los. Ao mesmo tempo, o cidadão deve zelar pelo direito conquistado, implicando também em exercer os deveres que todo o cidadão tem com o próximo”, definiu o assistente técnico da Promotoria da Infância e Juventude, Adriano Gosuen. A subcoordenadora da subsede do CRP de Ribeirão Preto, Sigríd Ancheschi França, destacou que o projeto nasceu a partir de uma inquietação provocada pela necessidade de se levar aos adolescentes quais são, como e onde exigir os direitos garantidos pelo ECA, respeitando assim sua condição de sujeitos de direito.

Segundo ela, durante o projeto, foi possível perceber muitas coisas positivas, que apontam para uma mudança na forma de os estagiários encararem seu futuro profissional. “O envolvimento e a dedicação dos estagiários, que trazem relatos



apaixonados sobre o trabalho, mostram o quanto eles têm transformado seus pensamentos e ações”, ressaltou. Ela informou que em Ribeirão Preto o projeto abrangeu cerca de 16 mil estudantes.

A coordenadora do CRESS - Seccional de Ribeirão Preto, Renata Cristina Rosa, afirmou que a formação dos estagiários, outro objetivo do projeto, colabora para o desenvolvimento dos cursos de Psicologia, Direito, Pedagogia e Serviço Social, porque “eles serão os futuros operadores dos direitos das crianças e adolescentes”. Ela explicou que os 40 estagiários foram selecionados e capacitados após um curso de dois dias sobre os detalhes e finalidade do projeto. Os coordenadores supervisionavam e acompanhavam as atividades, avaliando o processo periodicamente.

“Os estagiários trazem informações ricas e também estão aprendendo muito com a realidade dos adolescentes e das escolas, contribuindo para propostas de

mudanças futuras e também para o próprio aprendizado universitário. Os resultados são surpreendentes e vem revelando o quanto o ensino público está em crise nas relações, na valorização do professor e no respeito aos alunos; na arte de ensinar e se relacionar”, disse.

Além dos organizadores, o projeto contou com a adesão de profissionais e instituições que acreditam no potencial do ECA e lutam pela sua aplicação. As professoras da USP - Ribeirão Preto, Cristina Ruffino, na supervisão dos estagiários, e Ana Paula Soares da Silva, no processo de capacitação, contribuíram para o andamento do projeto, assim como a técnica do Núcleo Gente Ativa, Maria Cecília de Oliveira, que colaborou para a criação da dinâmica trabalhada nas Escolas, e a Oficina Literária Puntel.

O projeto na região de Bauru - A proposta do projeto “Eca nas Universidades”, realizado em sete instituições de ensino

superior da região de Bauru, nasceu da dor das mães ao verem seus filhos em condições precárias nas rebeliões sucessivas da Febem, ocorridas no início de 2005, que resultaram no primeiro homicídio na instituição de Bauru. Sem ter a quem recorrer, elas procuraram ajuda na Comissão de Direitos Humanos da OAB e desencadearam debates na Comissão da Criança, Adolescente e Família - subsede de Bauru -, para planejar estratégias de mobilização conjunta. "As mães denunciaram que seus filhos estavam sofrendo represálias, com maus tratos e espancamentos", explicou a subcoordenadora da subsede de Bauru, Maria Orlene Daré, que participa da Comissão de Direitos Humanos da OAB, como representante do Conselho Regional de Psicologia.

Diante dos fatos, a comissão do CRP visitou a FEBEM, convidou os psicólogos para discutirem sua atuação na instituição e, paralelamente, houve uma tentativa de criar uma associação de mães nos moldes da AMAR. "É um trabalho difícil que ainda não deu certo, mas nós não desistimos", avisou. Se algumas ações ainda estão em andamento, um projeto nasceu das reflexões surgidas no processo. Era necessário divulgar o ECA na sociedade e também nos espaços de formação de futuros profissionais. Nascia o projeto "Eca nas Universidades", que contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e do CRESS - Conselho Regional de Serviço Social, ambos de Bauru.

"Temos certeza de que os estudantes universitários, assim como a sociedade em geral, desconhecem o estatuto. Então optamos por esse segmento de caráter multiplicador. Todos os estudantes fazem um estágio de formação, em hospitais, empresas, escolas, fóruns, secretarias públicas, locais interessantes para divulgar e apli-

car o ECA", explicou Maria Orlene. As palestras tiveram grande procura. Segundo ela, a maior surpresa foi a presença de estudantes de diversos cursos, que buscaram conhecer ou tirar suas dúvidas sobre o estatuto como Psicologia, Direito e Serviço Social, Enfermagem, Propaganda e Marketing e Pedagogia.

Os eixos temáticos apresentados pelos expositores tomaram por referência aspectos fundamentais, como a retomada histórica das políticas de atendimento da criança e do adolescente no Brasil; as configurações de criança e adolescente apresentadas pelas legislações construídas no país, balizadas pelas diretrizes internacionais de proteção aos direitos; a doutrina de proteção integral do ECA e as situações flagrantes de desrespeito aos direitos básicos; as conquistas e dificuldades que se colocam no cenário nacional e os desafios existentes na implementação de políticas voltadas para o atendimento da criança e do adolescente.

Em reunião da Comissão da Criança, Adolescente e Família, os psicólogos Maurício Ribeiro de Almeida, Regiane Aparecida Piva, Regiane Frediane M. Vaz e Maria Orlene destacaram que o ponto alto do evento foi a discussão sobre a implementação de políticas públicas na área da infância e da juventude. Para a professora Marinês Fontana, coordenadora do Núcleo de Apoio da Faculdade de Serviço Social de Bauru (FSS - ITE), a interdisciplinaridade foi destaque no projeto. "Os estudantes de Serviço Social e Psicologia, que têm uma vivência maior do ECA em campo, puderam debater com o pessoal do Direito, que não têm tanto essa prática", destacou Marinês, que é assistente social judiciária licenciada.

O dr. Gilberto Truijo, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-

Bauru, disse que se surpreendeu com o nível de interação não só com os alunos, mas também entre os profissionais envolvidos no projeto. "Percebemos que os estudantes têm conhecimento relativo do ECA. E nas palestras feitas houve muito interesse e participação não só dos alunos mas também dos profissionais, porque uma prática complementa a outra", observou. Ele informou que a OAB tem como meta para o ano que vem - e já está em negociação com a subsede do CRP para estabelecer parceria - levar as palestras para a periferia. ●

INFORME PUBLICITÁRIO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E ACUPUNTURA

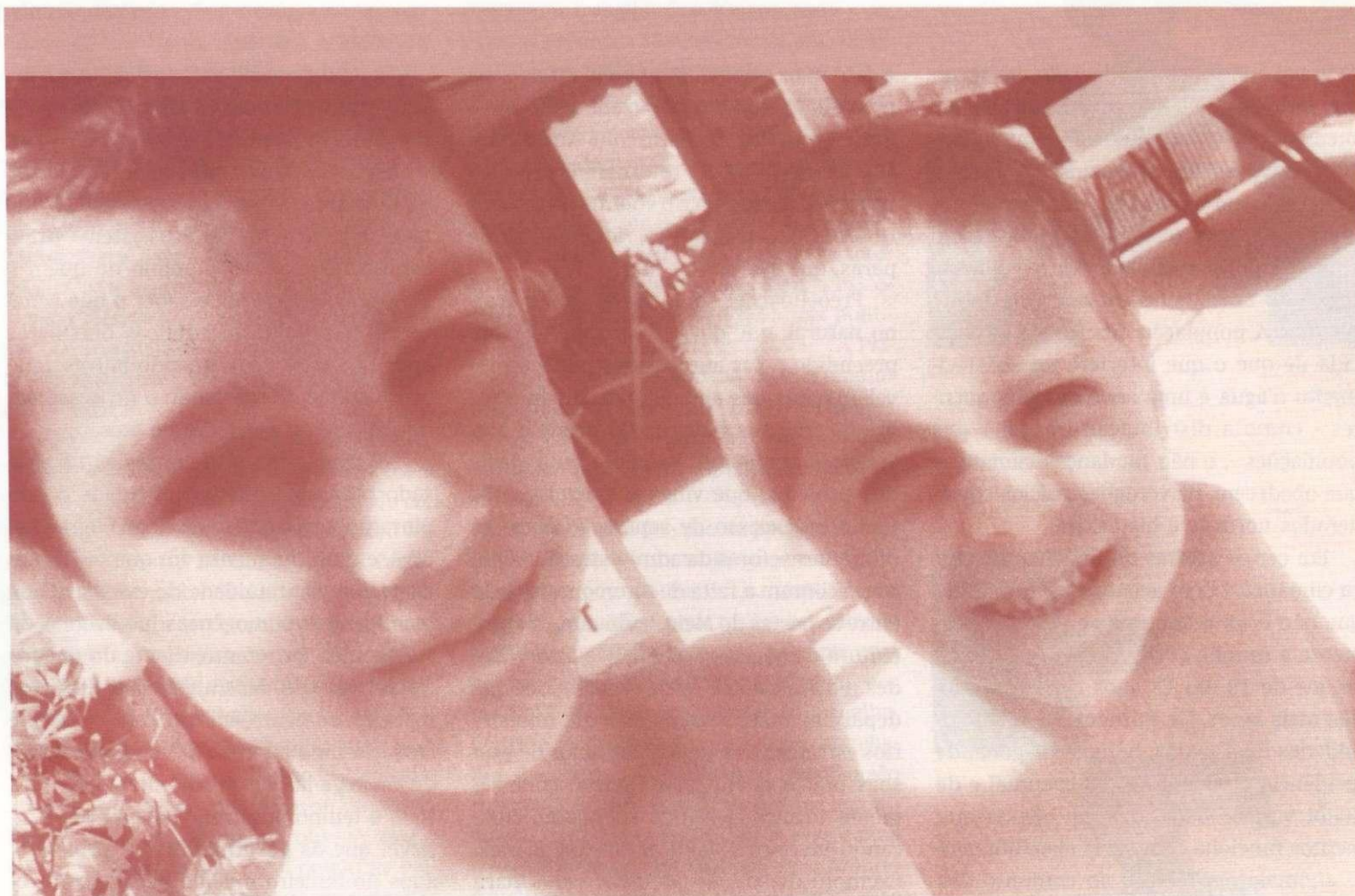
▶ Clínica
▶ Curso Acupuntura Tradicional (30 meses)


espaço consciência
Curso reconhecido pela SOBRAPA e COFEN portaria nº 021/2004
CNPJ 05194742/0001-19 CRPSP-PJ 2557

Matrículas abertas

Centro de excelência, referência nacional na utilização da acupuntura pelo psicólogo, atuando na área desde 1986

Visite o site:
www.psicologiaeacupuntura.com.br
Rua Cuiabá, 229 - Mooca - tel: 011 6604-3367



Autoridades brasileiras sabem pouco da **realidade hídrica** do país



Luís R. Camilo

Foto aérea da Bacia do Rio Amazonas

O Brasil é um país privilegiado em recursos hídricos. Mas somos carentes de homens públicos com autoridade no assunto. O país assistiu assustado ao fenômeno da seca em trechos da Amazônia, revelando que seus técnicos não conhecem como deviam a realidade climático-hidrológica do Brasil, suas causas e desdobramentos. A população deveria ser esclarecida de que o que interfere no abastecimento d'água é uma série de componentes - como a distribuição irregular das populações -, e não mudanças climáticas que obedecem, na verdade, a ciclos considerados normais e históricos.

Em certos setores do Brasil, a diferença climática é bem acentuada. Quer dizer que não é todo ano que se repete exatamente a mesma coisa. Via de regra, fala-se que de 13 em 13 anos existem períodos mais secos. De Roraima até as proximidades do Tapajós, há uma diagonal de incidência de maior seca eventual e de maior variabilidade, que em alguns momentos funciona como área absolutamente anômala em relação ao conjunto das precipitações, o que justifica a seca no Amazonas e Pará no ano passado. Esse é

o fato mais importante que justifica a seca que afetou a região o sul de Roraima até a fronteira do Pará com Amazonas. Mas as precipitações retornaram e reconstruíram a drenagem e o volume d'água dos rios, ou seja, os igarapés, riozinhos, rios e parás, que são os rios-mar.

Preocupações em torno de um fenômeno natural, que deveria ser melhor compreendido pelas autoridades públicas, revelam a quantas anda o planejamento sobre os recursos hídricos do país e a preservação ambiental. Se não é nula, parte dos projetos, que vingam, é equivocada. Como há excesso de separação entre os diferentes setores da administração pública e é comum a falta de intercomunicação entre as pastas do Meio Ambiente, da Agricultura e aquelas relacionadas às atividades hídricas, não é de se surpreender que departamentos, secretarias e até ministérios estratégicos estejam nas mãos de pessoas pouco qualificadas, sem o conhecimento técnico-científico adequado, colocando em risco a saúde ambiental do país. Exemplo disso, são as concessões para ONGs estrangeiras explorarem as florestas nacionais.

Hoje, o governo está inclinado a "alugar" algumas fronas (florestas) para a exploração de espécies arbóreas de valor comercial da Amazônia sem levar em conta, que ao fazer uma concessão de até 60 anos, aquele setor do ecossistema praticamente fica sob o domínio de quem o alugou. Ninguém pode saber o que acontecerá nas políticas públicas brasileiras após 30 ou 60 anos, quando outras gerações estarão comandando o processo administrativo e executivo no país.

As fronas foram delimitadas no passado para uma possível atividade de exploração autosustentada de madeiras nobres, em um momento em que havia ainda grande continuidade de extensividade das florestas homogêneas biodiversas da Amazônia. Entretanto, diante do quadro desastroso de destruição das florestas naturais no centro-sul do Pará, seria necessário uma alternativa adequada a fim de protegê-las de modo integrado para todo o tempo possível e imaginável. É incrível que os governantes dos primeiros anos do terceiro milênio não tenham revisões de estratégia em face de novas conjunturas de devastação. Por um lado, há

uma falta de ética com o futuro por ausência de previsão de impactos em relação a uma natureza primária em franco processo de devastação por especuladores contumazes vinculados ao ideário do capitalismo selvagem.

Temos insistido na necessidade da observação dos diversos caminhos entrecruzados devastadores que acontecem no sul do Pará, lembrando sempre que o mesmo esquema certamente pode ocorrer em muitas outras áreas da Amazônia brasileira. Sem falar no desastroso acontecimento de devastações entrelaçadas feitas pela vinculação entre fazendeiros e ma-

deiros que vem ocasionando um verdadeiro estado paralelo no centro-sul do Pará: a chamada "Terra do Meio".

Liberar essas zonas para exploração é, na verdade, permitir a destruição do que temos de biodiversidade integrada das nossas florestas. Em vários lugares da Amazônia, no centro-sul do Pará, a devastação tem sido fantástica. Basta olha as imagens de satélite para verificar que, o que antes era um estreito caminho, hoje apresenta uma perturbação quase total. Todas as imagens de satélite que são tiradas deveriam que ser analisadas para que o governo percebesse as tendências, a dinâmica do processo. Mas parece que as autoridades desconhecem os documentos que eles próprios produzem. Isso é resultado de incompetência, da falta de núcleos que possam trabalhar no entendimento de tais setores e procurar soluções gerenciais.

Outro exemplo da falta de estudos e levantamentos sérios nas áreas ambiental e hidrológica é o projeto da transposição de águas do rio São Francisco para o setor norte do Nordeste Seco (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba). Existem alguns argumentos fantasiosos e mentirosos que merecem ser corrigidos. Refiro-me ao discurso de que a transposição resolverá os grandes problemas sociais existentes na região semi-árida do Brasil. Trata-se de um argumento completamente infeliz lançado por alguém que sabe de antemão que os brasileiros extra-nordestinos desconhecem a realidade dos espaços físicos, sociais, ecológicos e políticos do grande Nordeste do país, onde se encontra a região semi-árida mais povoada do mundo.

O Nordeste Seco, delimitado pelo espaço até onde se estendem as caatingas e os rios intermitentes, sazônários e exorreicos (que chegam ao mar), abrange um espaço fisiográfico socioambiental da ordem de 750.000 quilômetros quadrados, enquanto a área que pretensamente receberá grandes benefícios abrange dois projetos lineares que somam apenas alguns milhares de quilômetros nas bacias do rio Jaguaribe (Ceará) e Piranhas/Açu (Rio Grande do Norte). Portanto, dizer que o projeto de transposição de águas do São Francisco para além Araripe vai resolver problemas do espaço total do semi-árido brasileiro não passa de uma distorção falaciosa.

O governo não fez nenhuma pesquisa de ciências sociais, nem psicossocial que são importantíssimas para avaliar o ponto de vista do fazendeiro e a expectativa dos pobres. O governo não quis dar atenção às questões ecológico-sociais. Desde os primeiros momentos que se tentou falar com as lideranças, estas diziam que o problema a ser equacionado referia-se mais ao atendimento generalizado de água para a população.

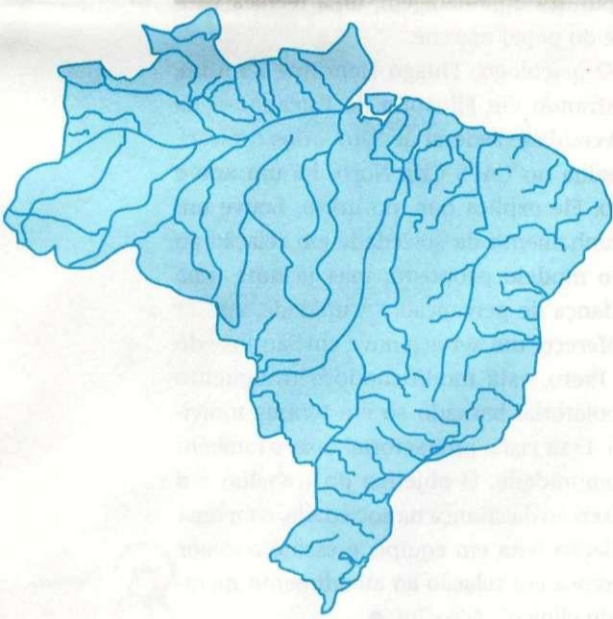
Sobre a viabilidade ambiental pouca coisa se pode adiantar, a não ser a falta de conhecimento sobre a dinâmica climática e dos rios intermitentes-sazonários que vão receber gordos filetes das águas transpostas. Um projeto inteligente e viável sobre transposição, captação e utilização de águas da estação chuvosa e multiplicação de poços ou cisternas teria que ser um acréscimo a uma correta transposição das águas.

Outra questão: se esta água tiver que ser elevada para a Chapada do Araripe, para desde um ponto mais alto descer por gravidade e promover alguns setores de irrigação, o processo todo aumentará ainda mais a demanda regional por energia no mesmo período em que o rio São Francisco torna-se menos volumoso e mais debilitado; ou seja, sempre haverá maior necessidade de reservas para hidrelétricas regionais. Ainda noutra direção, como se evitará uma grande evaporação dessa água que atravessará o domínio da caatinga, em tempo de forte calor, onde o índice de evaporação é o maior de todos? Eis outro ponto obscuro não tratado pelos arautos da transposição.

Se o projeto encerra muitas perguntas, para as quais ainda não se têm respostas, sabe-se de algumas certezas. A primeira delas diz respeito a quem vai se beneficiar da transposição. Seguramente, os grandes proprietários de terra. Eles estão rezando para que a água chegue logo, porque isso significará valorização da terra e desapropriação a preços vantajosos. Os latifundiários da beira alta e colinas sertanejas terão água disponível para o gado, nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível que se perpetue o quadro de água disponível para o gado e pouca água para o homem habitante do sertão, porque a grande maioria da população, que vive em todos os recantos do semi-árido, não será alcançada pela água escoada. Não se pode esquecer que as águas poluídas do São Francisco, ao serem transpostas, entrarão em mistura com as águas salinizadas de certos açudes pré-existentes da região da Bacia do Jaguaribe.

Outra certeza. Os vazanteiros que fazem horticultura no leito dos rios através de beirões sucessivos serão os primeiros a ser totalmente prejudicados. É preciso lembrar que existe, na medida em que os rios baixam, uma cultura chamada de vazante de rio. Eles fazem os beirões como se fossem hortas alongadas, transversal ao eixo do rio, que se prolongam por algumas centenas de metros. É um sistema econômico e social, porque o sertanejo pode produzir com muito cuidado, numa terra que não é de ninguém, sem colocar um pingão de defensivos agrícolas. No projeto atual de transposição de águas, não se pensou em nenhum momento na realocação dos heróis que abastecem as feiras dos sertões nos períodos mais secos. A eles, que abastecem as feiras do sertão, com seus produtos básicos, deve-se conceder a prioridade maior em relação aos espaços irrigáveis que por ventura venham a ser identificados e implantados. Até agora, isso não foi nem cogitado. Essas são considerações que se fazemos pelo muito que dedicamos à sofrida gente da região semi-árida mais povoada do mundo e a qual possui uma cultura tradicional das mais respeitáveis existentes na face do planeta Terra.

Artigo extraído de entrevista realizada por Luís Humberto Carrijo com o professor Aziz Ab'Saber, geógrafo, professor-emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP, ex-presidente e presidente de honra da SBPC.



Um novo olhar, um novo caminho

Centros de Atendimento Psicossocial para crianças e adolescentes trazem uma alternativa de tratamento e inclusão social

Os Centros de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSi) fazem parte de um novo modelo de atendimento proposto pelo Ministério da Saúde, que tem como estratégia proporcionar um tratamento mais humanizado e multidisciplinar para crianças e adolescentes com transtornos mentais, voltado para o aspecto psicossocial e para a inclusão. Na cidade de São Paulo, há atualmente 10 unidades em funcionamento – além de dois serviços especializados –, que atendem cerca de 700 crianças. A Secretaria Municipal de Saúde pretende construir mais sete novos CAPSi até 2009.

Segundo a psiquiatra infantil Sonia Maria Motta Palma, assessora para a infância e adolescência da área Temática de Saúde Mental, Álcool e Drogas (CODEPPS/SMS), a implantação dos CAPSi colocou um divisor de águas no que se refere à saúde mental de crianças e adolescentes. Pela primeira vez, estabeleceram-se diretrizes específicas para essa faixa etária, um reconhecimento de que também as crianças adoecem psiquicamente. “A implementação desses centros, com sua base de reabilitação e inclusão social, pede a necessidade de se firmarem parcerias com outras políticas públicas, como ação social, educação, cultura, esportes, direitos humanos e justiça”, sugere.

No CAPSi da Mooca, o novo modelo de atendimento tem apresentado resultados animadores. A unidade, localizada em um centro educacional, atende atualmente cerca de 130 usuários nos regimes intensivo, semi-intensivo e não intensivo. A estrutura conta com quatro salas de grupo, duas brinquedotecas, enfermagem, três salas para atendimento individual ou familiar, banheiros, uma pequena piscina, refeitório e cozinha equipada com fogão industrial. A equipe é composta por psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e a equipe de apoio de segurança, limpeza e cozinha.

O psicólogo Jorge Fouad Maalouf, doutor em Psicologia Clínica pela PUC SP, explica que o trabalho procura oferecer possibilidade para que tanto a criança como a família possam ter um novo olhar sobre a situação em que vivem. Nesse ponto, a escola é um dos elementos mais importantes para a inclusão social. Ele classifica o trabalho do centro como uma “passagem” na busca pela cidadania para as crianças. Uma vez por mês, são feitas reuniões com professores, direção e coordenação pedagógica nas escolas para trocar experiências, constituir ferramentas e conversar sobre quem são as crianças, que tipo de problemática possuem e como ajudar.

“Cada criança tem uma singularidade, um jeito de ser, um ritmo e uma potencialidade e isso deve ser contemplado. A nossa função é de inclusão, dar mais condições de amadurecimento dos recursos e integração da criança e não para adaptá-la à escola ou à sociedade subvertendo seu jeito”, explica. Cada criança da unidade é avaliada para um projeto terapêutico, que é discutido com os familiares. Em seguida, é firmado um contrato de atendimento, expressando as responsabilidades do CAPSi e da família.

Ele diz que a maior parte das crianças em tratamento nunca foi atendida na instituição de saúde ou passou apenas por um profissional. No entanto, tem algumas chegam com problemas de prévio atendimento. “São crianças já com diagnóstico fechado, criando uma seqüela para a família muito ruim. O que acontece na infância é a falta de assistência em relação à saúde e à educação”, explica.

No CAPSi da Mooca, além do tratamento clínico, as crianças participam de oficinas terapêuticas (história, música, arte e movimento), prática de esporte, grupos de estimulação, de psicoterapia, terapia individual, terapia familiar, atividades culturais com as famílias e passeios a locais públicos. “A maior parte dos trabalhos é em grupo, criando uma rede de sustentação que possibilita as crianças se constituírem e amadurecerem de forma psicossocial”, diz Jorge Fouad Maalouf.

Já nos dois Centros de Atenção Psicossocial para Criança e Adolescente (CAPS Cria), em São José do Rio Preto, a situação é diferente. Segundo o coordenador de Saúde Mental do município, o psiquiatra Carlos Dario Berto, a implementação do novo modelo de atendimento deveu-se ao grande fluxo de encaminhamentos feitos pelas escolas para o sistema público de saúde, que por sua vez, não tinha estrutura para suprir essa demanda, provocando filas de espera de até 300 crianças e adolescentes nos serviços de referência. Outro termômetro, foi o número significativo de internações de crianças e adolescentes com problemática psíquica e social nos hospitais psiquiátricos públicos.

“Sentimos a necessidade de organizar um sistema de atendimento, do qual fazem parte os dois CAPSs e uma residência terapêutica para adolescentes de 12 a 18 anos. Dividimos a cidade em dois grandes territórios. Para promover uma maior resolutividade no nível básico e romper com a lógica do encaminhamento, implementamos uma rede intersetorial, reunindo todos os equipamentos de atendimento à criança e ao adolescente de um determinado território, organizados em cada área de abrangência das unidades básicas de saúde do município”, conta ele. A iniciativa foi possível graças a uma parceria entre a Secretaria da Saúde e da Educação, envolvendo num segundo momento as Secretarias da Assistência Social, dos Esportes, da Cultura e ONGs que atendem o segmento.

O CAPS Cria Centro, integrada por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos, assistentes sociais, psiquiatras, enfermeiras e pediatras com especialização em homeopatia, é referência para a zona sul da cidade, que conta com uma população de 49 mil crianças e adolescentes até 18 anos. O CAPS Cria Norte atende atualmente cerca de 140 crianças e adolescentes num universo de aproximadamente 55 mil.

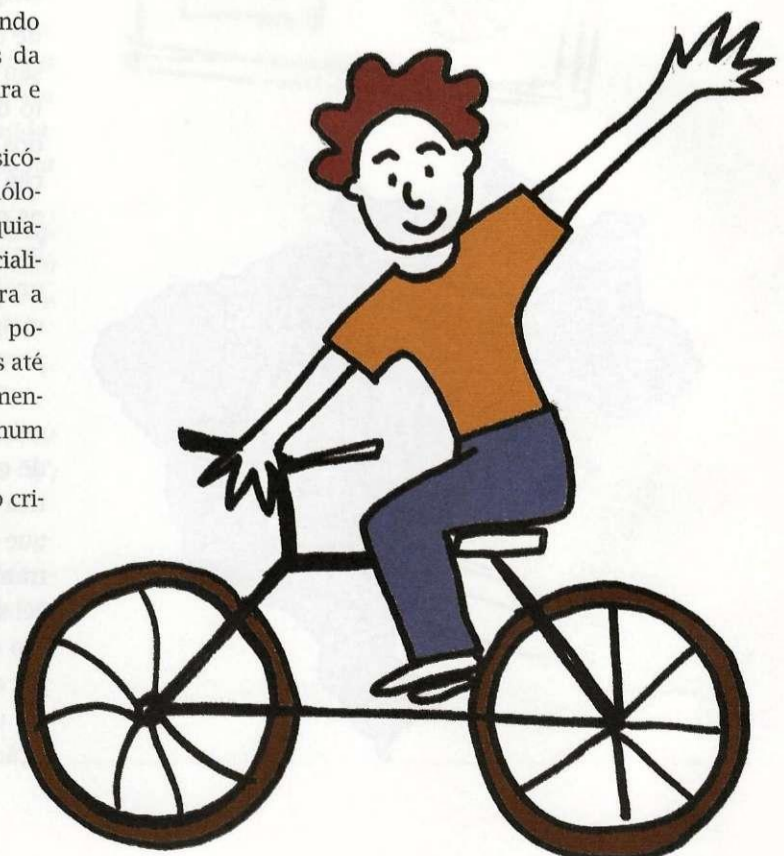
A residência terapêutica é um serviço criado em parceria com a Secretaria da Assistência Social e a Vara da Infância e Adolescência, com o apoio do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. O local foi pensado para abrigar os jovens com transtornos mentais e problemas sociais graves, estes rejei-

tados por vários abrigos para crianças e adolescentes existentes na cidade. “O objetivo é acolher essas crianças, que não têm suporte da família, para receberem tratamento ambulatorial. Elas moram na residência e fazem o tratamento nos CAPSs”, afirma Carlos Dario Berto.

A coordenadora do CAPS Cria Centro, Terezinha de Jesus Lois Oureiro, informa que todo atendimento é agendado, levando cerca de uma semana. Ao chegar à unidade, as crianças passam por uma avaliação intersectorial com psicólogo, psiquiatra, assistente social e terapeuta ocupacional. “Essa avaliação, que dura até um mês, é feita para definir se a criança fica no CAPS e qual é plano terapêutico individual para ela. São quatro sessões com esses profissionais. A criança passa também por grupos de acolhimento, onde é observada. O psicodiagnóstico, se necessário, é feito depois, no decorrer do atendimento, que exige um contato mais específico”, acrescenta.

As 86 crianças e adolescentes atendidas atualmente pela unidade fazem oficinas de canto, conto e terapia ocupacional - recreacional para crianças de 0 a 10 anos e trabalhos manuais para adolescentes. Durante o ano, outras oficinas, com duração de duas semanas, são ministradas, como as de argila, pintura e papietagem, uma técnica variante do papel marchê.

O psicólogo, Thiago Henrique Bomfim, mestrando em Filosofia da Psicanálise na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), trabalha no CAPS Cria Norte há um ano e meio. Ele explica que, no início, houve um estranhamento da sociedade em relação ao novo modelo proposto, mas já nota uma mudança de percepção. “A unidade, apesar de oferecer um serviço novo em São José do Rio Preto, está modificando o tratamento ambulatorial baseado só em terapia individual. Essa visão intersetorial insere também a comunidade. O objetivo do trabalho é a reinserção da criança na sociedade, com uma avaliação feita em equipe, e essa é a maior diferença em relação ao atendimento meramente clínico”, acredita. ●



Direitos humanos em transformação

Congresso na Argentina discute a formação crítica na saúde mental e sua relação com os direitos individuais

O movimento pelos direitos humanos, que se verifica no Brasil e nos países vizinhos da América, não se configura apenas em garantir esse preceito universal, mas em “ressignificá-lo”, abrangendo campos antes desassociados da questão, isolados em seus aquários de conhecimento. Uma das trincheiras dessa luta é montada todos os anos em Buenos Aires. Em meados de novembro passado, aconteceu na capital argentina o IV Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos. Organizado pela Associação das Mães da Praça de Maio, o encontro reuniu psicólogos de muitos países para buscar respostas de como reduzir o grande fosso que existe entre a sociedade formal e os que tiveram suas identidades seqüestradas.

Gregorio Kazi, coordenador do congresso e do curso de Psicologia Social da Faculdade Pública da Argentina, explica que o espaço é uma tentativa da Psicologia da América Latina e de setores que militam no campo de direitos humanos de compreender as dimensões individuais de existência para que o sujeito determinante e a própria sociedade reajam ao extermínio dessa singularidade. Eventos como esse são apenas a apoteose de um trabalho que se faz lentamente em vários segmentos da máquina pública e social, mas que levará anos para se materializar. Segundo Kazi, não é fácil desestruturar conceitos cristalizados desde o nascimento da Psiquiatria, os quais se embasam no desconhecimento do sujeito humano como sujeito histórico.

Para ele, os tratamentos violentos da saúde mental atacam o estatuto social do indivíduo e se reproduzem na sociedade, assumindo as mais distintas formas para homogeneizar ou excluir. Teorias de que o portador de doença mental é contagioso ambientalmente, por isso segregado e castigado por sua condição, fazem parte de um esforço contínuo para adaptar todos ao individualismo, à rivalidade e ao consumismo. “No consultório, muitos terapeutas e psiquiatras legitimam essa realidade sinistra”, revela Kazi. “Supor, por exemplo, que as pessoas devem aceitar os processos massacrantes de uma empresa e que elas foram demitidas de seu emprego por sua incapacidade e não por culpa de um sistema produtivo perverso é reduzir sua existência e é uma violência política”, considera.

Gregorio Kazi observa que, ainda, hoje a medicina psiquiátrica reproduz o modelo de rotulações, classificando os distúrbios orgânicos em nome da ciência sem

compreender o processo do indivíduo. Ele acredita que a América Latina tem um agravante. Além de reproduzir a visão de mundo da Europa e Estados Unidos, segundo a qual as diferenças precisam ser “lobotomizadas”, o continente latino-americano abrigou ditaduras que amplificaram a violência contra a multidiversidade cultural. “Na Argentina, em particular, o regime militar gerou um despedaçamento do coletivo. Se alguém combatia essas idéias era executado ou considerado insano. Por isso, as mães da Praça de Maio foram chamadas de ‘as loucas’”, explica ele.

“A desnutrição infantil se produz pela mesma lógica macro do sistema”, continua Kazi. “As crianças morrem pela mesma lógica capitalista que os loucos morrem torturados no manicômio: aqueles que não produzem nem consomem bens de consumo, não se adaptam passivamente, têm que ser excluídos”, acusa.

Gregorio Kazi defende programas substitutivos, por exemplo, para a interação. E cita o Movimento Antimanicomial do Brasil como referência. Mas considera falsas as atuais formas de tratamento alternativo em países como a Argentina, que promove altas massivas sem dar assistência adequada ao ex-interno. Apesar das “diferenças substanciais” entre a experiência do Brasil, a do Uruguai, a do Chile e a da Argentina, por exemplo, haveria algo que os singulariza, como trabalhadores de saúde mental: a vontade profunda de transformar as relações manicomiais. “É preciso discutir a clínica, os dispositivos substitutivos, a forma de relação entre os psicólogos latino-americanos, as condições de trabalho, a forma de organização horizontal para ‘humanizar os companheiros’”, propõe.

Ele menciona a Venezuela como exemplo de país que estaria buscando integração com todo o povo latino-americano em nível acadêmico, dos profissionais vinculados à saúde mental. “Temos que nos apoiar nas práticas dos países irmãos, intercambiar e articular na esfera conceitual, teórico e acadêmico”, ressalta.

Gregorio Kazi define o Congresso Internacional de Saúde Mental como um encontro direto entre aqueles que sobreviveram aos massacres do sistema, entre os precursores das lutas em distintos terrenos como socioanálises, equizoanálises, psicanálises, psicologia social, inclusive correntes humanizadas e progressistas da Psiquiatria, que não tiveram oportunidade de intercambiar com as novas gerações, porque a universidade pública tampouco teria interesse em realizar esse debate. “Era necessário promover um encontro entre gerações, para que os mais jovens, ao tomarem conhecimento de um legado que desconheciam, possam no futuro evitar que essa violência ressuscite”, diz ele.

“Essas ‘loucas’ da Praça de Maio é um modelo de saúde mental, de ética e político; uma referência ideológica de construção coletiva de conhecimento, de transformar aquilo que nos ameaça. Também é um direito humano a possibilidade de comer. Também é um direito humano a possibilidade de trabalhar. Também é um direito humano nós, que somos trabalhadores da saúde mental, compreender que um indivíduo é um marco histórico”, define Kazi.

“Para que não se repita efetivamente o que aconteceu no passado, temos que reconhecer nossas capacidades e limites. Todos temos o direito de nos expressar sem que ninguém nos conduza, sem que ninguém nos domine”, finaliza. ●



Ética e Saúde

O autor de *Ética e Saúde*, questões éticas, deontológicas e legais, tomada de decisões, autonomia e direitos do paciente, estudo de casos, São Paulo, EPU, 1998, Paulo Antônio de Carvalho Fortes, é professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Formou-se em Medicina, com mestrado em Pediatria e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Da Universidade de Bordeaux III, França, obteve o título de Especialista em Direito à Saúde. É sócio fundador da Sociedade Brasileira de Bioética.

Com estas credenciais, o autor brinda os profissionais da área, incluindo-se os psicólogos, com uma obra valiosa, professores e alunos, didática, ao mesmo tempo reflexiva e prática, com ilustrações casuísticas e vastas referências bibliográficas.

Partindo da premissa de que o respeito à pessoa humana é um dos valores básicos da sociedade moderna, Fortes abre a discussão, no primeiro capítulo sobre o direito à saúde, garantido no Brasil pela Constituição de 1988, que gera o dever do Estado de provê-la a todos, e a precária realidade vivida pelos pacientes, profissionais da área e serviços de saúde, fruto de uma visão da saúde não como um direito do cidadão, mas como uma mercadoria de consumo.

Esta distorção, aliada a uma cultura autoritária prevalente na área, leva ao sistema de saúde a sua desumanização, e algumas vezes a micro-violências no cotidiano, que contrariam direitos fundamentais do ser humano.

Uma importante questão é a dos conflitos entre a atual evolução técnico-científica, que sustenta e multiplica as especialidades, e a relação interpessoal entre o profissional e o cliente, cada vez mais despersonalizada e distante, não contemplando a subjetividade, tendo como conseqüências as insatisfações, de um lado e de outro, no campo dos atendimentos.

As próprias conquistas da ciência e da tecnologia e dos meios de comunicação geram uma falsa noção por parte dos usuários dos serviços de saúde da obrigação sempre da obtenção de resultados positivos, levando esses à utopia de um corpo perfeito e da inevitabilidade da morte, o que só poderia ocorrer por falha dos profissionais. Os direitos dos pacientes são apresentados com seu histórico e sua relação com a cidadania e os aspectos jurídicos pertinentes.

No capítulo seguinte, o autor conceitua ética e moral, ética e normas jurídicas, ética e normas deontológicas, distinguindo-as. Tratando das duas grandes teorias de tomada de decisão ética, a teleológica, denominada ética das conseqüências, ética dos resultados, e a deontológica, a ética das intenções, dos deveres, Fortes apresenta as diversas críticas feitas a ambas as teorias, observando que na prática do dia a dia da saúde constata-se que as decisões são tomadas mesclando-se as duas posições éticas e exemplifica tomando a questão do direito do paciente à informação e as circunstâncias, que em muitos casos, legitimam a ocultação da verdade em benefício do próprio paciente.

Autonomia e consentimento esclarecido é o assunto tratado no terceiro capítulo, no qual a autonomia é nos seus fundamentos, discorrendo sobre seus limites, sobre os casos em que ela se encontra reduzida, nas situações de emergência e outras. Acrescenta, ainda, temas relevantes como o da adolescência e autonomia, paternalismo e consentimento livre e esclarecido. Aprendem os leitores a diferença entre o denominado consentimento informado ou pós-informado e o consentimento esclarecido.

O dever de informação pelos profissionais da saúde fundamenta-se no direito moral e legal do usuário de decidir, contemplando o princípio da autonomia. A informação deve ser simples, aproximativa, inteligível, leal e respeitosa, contendo os riscos normalmente previsíveis.

Nesse capítulo, ele apresenta, ainda, os três padrões de informação, o "padrão da prática profissional", o da "pessoa razoável" e o terceiro chamado de "orientado ao paciente" ou "padrão subjetivo" no qual prevalecem não as informações determinadas pelas "regras habituais e práticas de cada profissão" nem numa abstração do que seria uma "pessoa razoável" de uma dada cultura, mas procura ser uma abordagem informativa apropriada a cada pessoa.

Finalizando o capítulo em tela, a obra explana a questão do prontuário médico em seus aspectos éticos, legais e administrativos e suas estreitas ligações com o direito do paciente à informação e do respaldo que os Códigos de Ética da Medicina e da Enfermagem dão a esse direito.

Enriquecendo o seu trabalho, o autor trata, no capítulo seguinte, do princípio da privacidade, derivado da autonomia, e do segredo profissional, que tem sua origem em Hipócrates, e obriga a sua guarda a todos os profissionais da área da saúde, estendendo-se ao pessoal técnico, administrativo e às instituições que atuam no serviço de saúde. É muito interessante a observação que é feita sobre as transformações do dever de sigilo à medida que os cuidados com a saúde vêm migrando de uma atividade liberal, em consultórios privados, para atendimentos em locais coletivos e de caráter multiprofissional, incluindo outras categorias não da área da saúde, como administradores e técnicos, o que exige novas abordagens éticas no trabalho compartilhado. A circulação de informações deve ser limitada às necessidades de cada profissional para realizar suas ações no interesse do paciente, sem prejuízo deste.

Prosseguindo no desenvolvimento do assunto privacidade e segredo profissional, o capítulo trata ainda da motivação ética do segredo e da violação do mesmo como infração legal. Aborda também os casos de quebra de sigilo e de colisão de interesses e de direitos (as justas causas) e as obrigações da administração dos serviços de saúde em proteger o sigilo sobre os documentos (prontuários) sob sua guarda e responsabilidade.

Antes de concluir com a apresentação das normas deontológicas na Medicina e na Enfermagem, tece considerações éticas sobre os riscos de violação dos segredos no uso



Ética e saúde

Paulo Antônio de Carvalho Fortes

de meios eletrônicos (informática) que, inegavelmente, têm beneficiado a assistência à saúde.

Tomando o dever de solidariedade como fundado na necessidade da manutenção da coesão social, o autor apresenta o capítulo 6 sobre a prevenção da omissão de socorro à luz da ética, da legislação, do entendimento dos nossos tribunais e da deontologia. Aborda vários tópicos fundamentais como a eficácia do socorro, a natureza do perigo e as informações prestadas por terceiros. Frisa as responsabilidades dos administradores dos serviços de saúde que devem criar condições adequadas ao cumprimento deste dever e, ainda, o retardo no atendimento, a obrigação dos especialistas do cumprimento do dever de socorrer mesmo fora de suas especialidades, os casos de omissão e de encaminhamento.

No capítulo 7, o direito fundamental de ir, vir, ficar, permanecer ou sair é examinado nos estabelecimentos de atenção à saúde onde geram dilemas éticos de ação envolvendo profissionais e seus pareceres técnicos e paciente e/ou seus representantes legais. O autor posiciona-se tanto pela preservação do direito à liberdade de locomoção como pela sobreposição a uma decisão ainda que autônoma da pessoa de deixar o estabelecimento quando existe perigo iminente de vida para evitar danos graves ao paciente.

No capítulo final, o oitavo, intitulado *Ética nas pesquisas em seres humanos*, Fortes enfoca o crescimento da pesquisa no campo da saúde, o histórico da matéria desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração de Nuremberg (1947) até a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde, no Brasil. Examina os fundamentos éticos da pesquisa e os princípios da bioética incorporados: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

Descreve os itens que o protocolo de pesquisa deve conter, o papel dos Comitês de Ética, citando também as normas deontológicas constantes do Código de Ética da Medicina e da Enfermagem.

Concluindo, a posição defendida pelo autor nesta obra ora resenhada pode ser entendida como uma ação em defesa da humanização dos serviços de saúde, da melhoria das condições dos mesmos, da observância dos direitos dos pacientes e dos princípios éticos que devem guiar os profissionais neste campo.

Myriam Augusto da Silva Vilarinho

psicóloga e professora de Ética Profissional do Psicólogo no Curso de Psicologia da Universidade São Marcos.

Estante

Psiche e tecnne – O homem na idade da técnica

O professor de Psicologia e História da Filosofia da Universidade de Veneza, Umberto Galimberti, escreveu a obra tendo como objetivo descrever o homem, nos seus vários aspectos, em relação à psique e à técnica, com profundo valor moral e poético. Dividido em sete partes, o livro se propõe a redefinir os conceitos individuais, identidade, liberdade, salvação, verdade, sentido, espaço, mas também aqueles da natureza, da ética, da política, da religião, da história, dos quais se nutria a idade humanística e que, agora, na idade da técnica, devem ser reconsiderados ou refundados a partir da raiz. Editora Paulus, (11) 5084-3066, 918 págs, R\$ 86,00.

Temas em avaliação psicológica

Organizado por Ricardo Primi, o livro é produto de um grupo de pesquisadores e estudantes de pós-graduação que se reuniram nos simpósios de pesquisa e intercâmbio científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), em 1998 e 2000 (GT Pesquisa em Avaliação Psicológica). Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 325 págs, R\$ 40,00.

A identidade feminina no início da adolescência

Com base em uma pesquisa realizada com jovens de 12 anos por meio de entrevistas e técnicas projetivas, como o "Desenho da Figura Humana e o Teste de Rorschach", a autora Viviane Namus Campagna, mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP, discute a organização da identidade feminina nesse importante momento do desenvolvimento, sob a perspectiva psicodinâmica. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 148 págs, R\$ 21,00.

Psicologia e informática

O livro possibilita uma introdução a diversos aspectos da área de colaboração entre Psicologia e Informática, por meio de artigos interpretativos, com maior densidade reflexiva, elaborados pelo Núcleo de Pesquisas em Psicologia e Informática – NPPI, da PUC SP. Organizado por Rosa Maria Farah, a obra aborda temas como testes informatizados, a diferenciação entre psicoterapia e orientação psicológica por e-mail e a realização de orientação profissio-

nal via internet. Editora Oficina do Livro, (11) 5561-3144, 232 págs, R\$ 42,00.

A criança e a saúde mental – enlaces entre a clínica e a política

O encontro da criança com as políticas públicas é o ponto de partida deste livro, organizado por Tânia Ferreira, que conta com textos de trabalhadores/pensadores que atuam em instituições públicas, com características diversas, mas que têm, em comum, sua clientela composta por crianças e adolescentes. Diferentes temas se entrelaçam e se complementam. Editora Autêntica, 0800 2831322, 154 págs, R\$ 27,00.

Transtorno de Estresse Pós-Traumático – uma neurose de guerra em tempos de paz

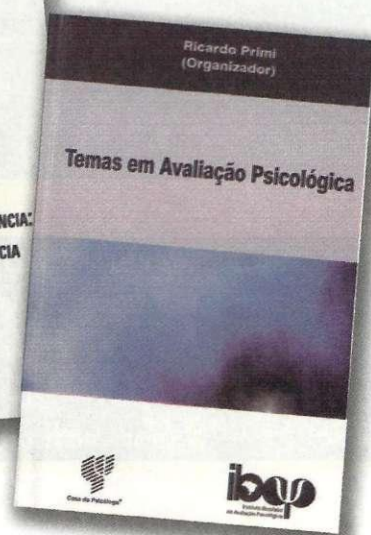
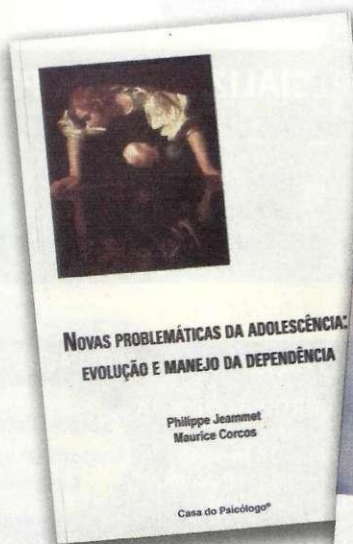
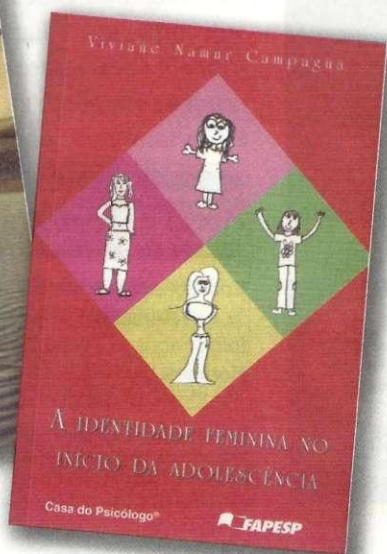
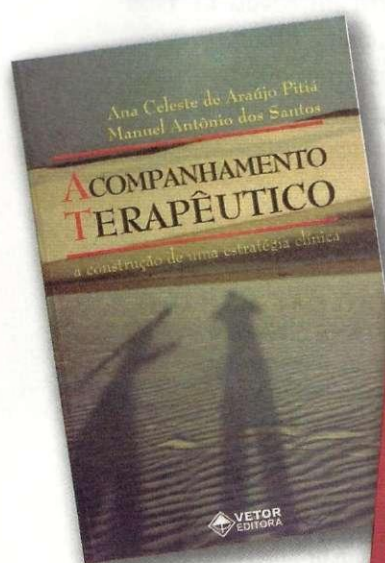
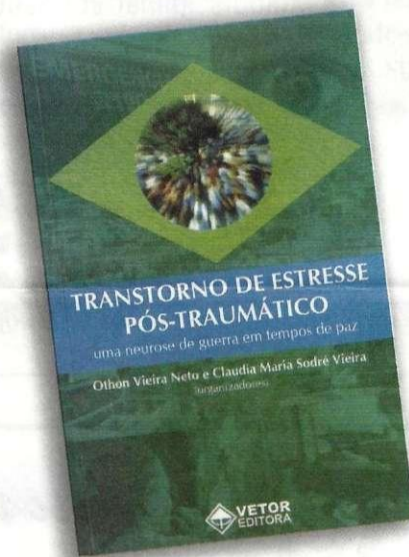
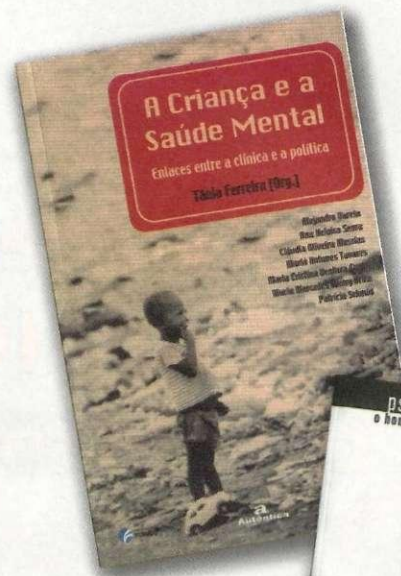
Trata-se de um estudo, sob o vértice psicanalítico, que abrange a discussão do trauma psíquico e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Os organizadores Othon Vieira Neto e Claudia Maria Sodré Vieira apresentam textos que abordam os desafios que essa doença traz aos profissionais da área de saúde, bem como de uma compreensão do TEPT valendo-se de suas bases biológicas. Vetor Editora, (11) 3283-5922, 256 págs, R\$ 30,00.

Acompanhamento terapêutico – a construção de uma estratégia clínica

O livro aborda o acompanhamento terapêutico, a clínica da cidade, inclusiva, móvel e enraizada no solo de uma atividade extramuros dos hospitais psiquiátricos e dos consultórios, oferecendo apoio a estes. Intervém na dificuldade de relacionamento psicossocial nos diversos interstícios urbanos em que a pessoa esteja. A obra nasceu da tese de doutorado defendida, em 2002, por Ana Celeste de Araújo Pitá, sob a orientação de Manuel Antônio dos Santos, na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Vetor Editora, (11) 3283-5922, 269 págs, R\$ 35,00.

Novas problemáticas da adolescência: evolução e manejo da dependência

Philippe Jeammet e Maurice Corços abordam na obra a problemática da dependência dos jovens em relação aos pais, concebendo-a como uma questão que adquire um valor heurístico para o entendimento das chamadas patologias do agir, muito comuns na adolescência da contemporaneidade, e que vêm a título de fazer face à fragilidade narcísica que os atingem. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 142 págs, R\$ 20,00.



Você melhor em qualquer consultório.



DeBRITO

PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL



NA PRÁTICA, VOCÊ MELHOR.

LATO SENSU

- Integração Fisiopsíquica: Métodos Aplicados à Saúde e Educação*
- Multidisciplinar em Saúde Mental

- Psicologia da Saúde: práticas contemporâneas na clínica ampliada e na psicoterapia breve
- Psicopedagogia

*Convênio com Instituto Migliori

MESTRADOS RECOMENDADOS PELA CAPES • CURSOS LATO SENSU EM OUTRAS ÁREAS • 0800 770 6789 • www.unicsul.br/pos



UNICSUL
universidade cruzeiro do sul



Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2006

Áreas de Psicologia Saúde e Educação

Informações e Inscrições

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes/SP

Tel: 3866-2730/31/32/33/34

[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)

E-mail: sedes@sedes.org.br

DESTINADO A:

psicólogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

CURSOS NAS ÁREAS DE:

Adolescência, Arte do Movimento, Família, Cinesiologia, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jornada de Teatro, Jung, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia do Esporte, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Reich, Relação Pais-Bebê, Teoria de Lacan, Winnicott e Violência Doméstica.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA RECONHECIDOS PELA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC

- Hospitalar • Transtornos Alimentares • Psicanálise • Psicoterapia Cognitivista
- Informações pelos telefones: 011-30829800 / 30829544
Início em março de 2006. Visite nosso site www.psicocursos.com.br

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

CONSULTA PSICOLÓGICA E PSICOTERAPIA
536h – 24 meses

Público Alvo: Psicólogos
Certificado: Reconhecido pelo CFP

NEUROPSICOLOGIA

540h – 18 meses
Público Alvo: Psicólogos
Certificado: IPAF

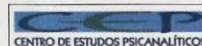
ABORDAGEM TEÓRICA

**Sócio-Histórica
Vygotsky – Luria
Leontiev**

INSCRIÇÕES
www.ipaf.com.br
Tel. 5081-7905
5573 - 4673

FEVEREIRO / 2006

IPAF – INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA E FORMAÇÃO



Inscrições abertas 2006:

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1) e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP 5039/6.a)

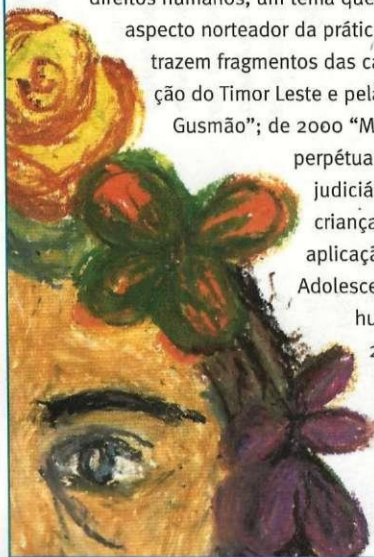
Início: abril de 2006 / Duração: 3 anos

Horários: 04/04/06 - 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 05/04/06 - 4ª feira: das 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017ou www.centropsicanalise.com.br/ cep@centropsicanalise.com.br

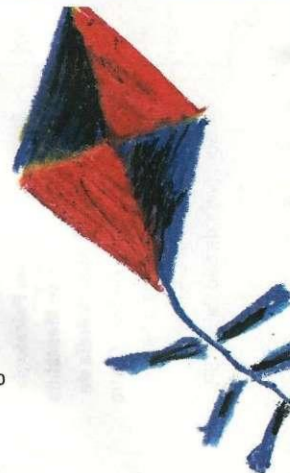
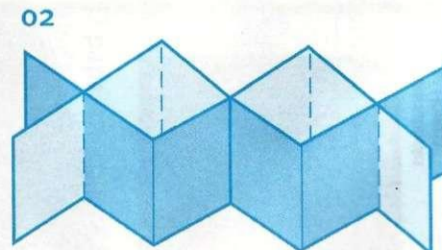
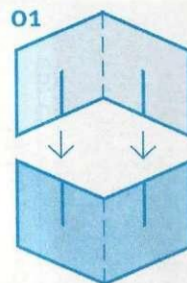
CALENDÁRIO SOBRE DIREITOS HUMANOS

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está dando um presente ao psicólogo. Junto a esta edição do jornal Psi, está encartado um calendário com o tema Direitos Humanos. As imagens que o compõem são inspiradas nas campanhas anteriores que o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu sobre direitos humanos, um tema que tem se tornado, cada vez mais, um aspecto norteador da prática profissional do psicólogo. O calendário traz fragmentos das campanhas de 1998 "Pela autodeterminação do Timor Leste e pela libertação imediata de Xanana Gusmão"; de 2000 "Medida de segurança não pode ser prisão perpétua". Contra a existência de manicômios judiciários: pior do pior"; de 2001 "Para nossas crianças, nem cadeia nem castigo". Pela aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente"; de 2002 "O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer"; de 2003/2004 "Educação inclusiva - direitos humanos na escola! Por uma escola-mundo onde caibam todos os mundos" e a atual "Violência e práticas de encarceramento"



Abaixo, as instruções de como montar o calendário:

- Você está recebendo duas lâminas, que compõem o calendário CRP SP 2006.
- Dobre as duas lâminas em forma de sanfona seguindo os vincos já existentes, deixando os meses do calendário para o lado de fora (verifique que os detalhes de rosto ficarão para o lado de dentro).
- Encaixe as lâminas conforme indicado no desenho, formando um quadrado no centro. Você deverá encaixar um corte no outro, um virado para cima e outro para baixo (01). Pronto! O seu calendário já pode ser usado (02).



Congresso da ABRAPSO

Aconteceu nos dias 11 a 15 de novembro de 2005, o 13º Encontro Nacional do ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, em Belo Horizonte. O evento focou questões como o lugar da Psicologia Social brasileira no contexto da produção internacional da Psicologia Social; o reconhecimento dos múltiplos lugares de produção de conhecimentos e práticas psicossociais e o combate ao engessamento da disciplina no campo da Psicologia; e a construção da interação e a circulação entre saberes e metodologias, afirmando a diversidade de abordagens e olhares e reincorporando as metodologias quantitativas nas preocupações do conselho.

Prêmio em Direitos Humanos

O Conselho Federal de Psicologia recebeu o Prêmio Direitos Humanos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República na categoria de Instituições Públicas pela relevante atuação deste Conselho na área dos Direitos Humanos. Esta premiação reflete o trabalho realizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos desde sua criação em 1997 juntamente com a valiosa parceria das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia, a medida que o trabalho da Comissão Nacional tem sido compartilhado com todas as Comissões. Para o CFP, o prêmio traduz o reconhecimento social do trabalho e reflete a contribuição da Psicologia para a sociedade brasileira. O prêmio foi entregue em solenidade no próximo dia 12 de dezembro no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, em Brasília.

II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão

As inscrições para o II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão já estão abertas. Quem se inscrever o quanto antes, terá mais facilidades de pagamento, como descontos e parcelamento no valor das inscrições. O evento será realizado em setembro, em São Paulo. Considerado o maior encontro da Psicologia no país, o congresso é organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, composto por 17 entidades da área. Após confirmar a inscrição, cada participante poderá enviar propostas de trabalho a serem apresentadas no evento.

O congresso também terá atividades fixas como simpósios, conferências e cursos, entre outros. O evento proporcionará espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil e permitirá a discussão da produção dos saberes e fazeres da Psicologia. O Ciência e Profissão é momento para o desenvolvimento da identidade dos psicólogos e uma oportunidade para que todas as questões, abordagens e construções da Psicologia se apresentem e possam ser divulgadas e debatidas, além de ser espaço do desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira.

Não deixe de participar e faça logo a sua inscrição. O prazo termina no dia 1º de setembro de 2006, mas as facilidades valem para quem se inscrever com antecedência. Informações e inscrições no site www.cienciaeprofissao.com.br

Sistema prisional

O CRP SP participou nos dias 10 e 11 de novembro, em Brasília, do Encontro Nacional sobre Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional. O evento, realizado pelo CFP em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), sistematizou as discussões realizadas nos diversos Conselhos Regionais. No caso de São Paulo, foram levadas as propostas tiradas na Oficina sobre Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional, que aconteceu em 01 de outubro. Do encontro, foram produzidas sugestões para o DEPEN, no que diz respeito às atribuições do psicólogo no sistema prisional, além de encaminhamentos a serem levados aos órgãos competentes, tendo em vista a garantia de melhores condições de trabalho para o profissional psicólogo. Assim que a Comissão Nacional do CFP sobre a Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional elaborar o documento síntese do encontro, o CRP SP irá disponibilizá-lo no site.

Política Educacional Brasileira

Debater melhorias na atuação profissional na área da educação e aprofundar as discussões sobre política educacional brasileira e paulista, qualificando o psicólogo para melhor compreender a complexidade do quadro educacional brasileiro. Esses foram o propósito da I Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e do V Encontro de Psicólogos da Área da Educação, realizados dias 4 e 5 de novembro, em São Paulo. A mostra se propôs a fazer um levantamento das práticas realizadas por psicólogos que atuam no campo educacional/escolar e que enfatizem as dimensões de compromisso social e de educação inclusiva em busca de uma escola democrática.

XII Plenária FNDC

A XII Plenária FNDC reuniu, em Belo Horizonte, de 28 a 30 de outubro, entidades da sociedade civil de 15 Estados, associações nacionais de trabalhadores e de veículos públicos e comunitários, representantes da Casa Civil, do Ministério das Comunicações, e da Radiobrás para discutir a digitalização das comunicações, especialmente a implantação da TV digital no Brasil.

Foram aprovadas as propostas para o desenvolvimento de projetos e de conteúdos para cursos de formação e capacitação dos radiocomunicadores; o incentivo à pesquisa da realidade da radiodifusão nas diversas regiões do país; para elaborar um documento ao governo criticando a falta de amplo debate com a sociedade quanto ao processo de digitalização, e pela desistência de investimento na tecnologia nacional, e que garanta às rádios públicas e comunitárias o mesmo direito de acesso à radiodifusão digital.

Fique legal!

Plenária orçamentária do CRP SP realizada, dia 29 de setembro, aprovou reajuste de 7% da anuidade, correção correspondente à inflação do ano anterior. A taxa passa de R\$ 213 para R\$ 227, que poderá ser paga em três parcelas consecutivas nos dias 30 de janeiro, 28 de fevereiro e 31 de março. Quem preferir, pode pagar à vista no dia 30 de janeiro com desconto: R\$ 224,72. É importante que todos os psicólogos acompanhem a prestação de contas do CRP SP referente às ações desenvolvidas no ano. Tais informações podem ser consultadas no site do conselho www.crsp.org.br, onde o profissional também pode esclarecer suas dúvidas. Fique legal com a Psicologia! O exercício profissional só é permitido se o psicólogo estiver inscrito no CRP. Mantenha esta inscrição regularizada. Acompanhe e participe do trabalho do Conselho.

Conselho prorroga data do Prêmio Monográfico

O Conselho Federal de Psicologia estendeu até o dia 12 de abril de 2006 a inscrição dos trabalhos para o Prêmio Monográfico, que, neste ano, homenageia o psicólogo e militante, Pedro Parafita Bessa, um dos criadores do curso de Psicologia da UFMG. O tema da edição é "Subjetividade, Encarceramento e Sistema Prisional: Desafios para a Psicologia". Serão escolhidas as melhores monografias de profissionais e estudantes. Os três primeiros lugares de cada categoria receberão entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 em prêmios, além da publicação de seu trabalho na revista Psicologia-Ciência e Profissão. Informações: www.crsp.org.br/a_servi/set_eventos.htm

